

# SUMÁRIO

REVISTA PRESENÇA

Órgão do CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA  
e da FUNDAÇÃO CULTURAL DO PIAUÍ

GOVERNADOR DO ESTADO

Francisco de Assis Mendes Soárez

PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE  
CULTURA

Manoel Paulo Nunes

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL  
DO PIAUÍ

Osmar Ribeiro de Almeida Júnior

CONSELHO EDITORIAL

Pedro Ferreira Mendes Freitas

José Manoel Barbosa

Francisco Miguel de Moura

GERENCIAMENTO DO PROJETO REVISTA  
PRESENÇA

Monica Lapa de Albuquerque

PLANEJAMENTO GRÁFICO

Avant Garde Comunicação

ILUSTRAÇÕES

Grito assinatura

FOTOGRAFIA

Arquivo

COLABORADORES

Cassiano Nunes

Dagoberto Carvalho Jr.

Diva Maria Figueiredo

Francisca Maria Soares Moraes

Francisco Miguel de Moura

J. Reutão da Silva

M. Paulo Nunes

Maria Gomes Figueiredo dos Reis

Maria do Rosário Neiva Nunes do Rego

Nerina Castello Branco

Sandi Maria Mourão Benício

Teresinha Quatros

Wellington Sampaio

FOTOLITO E IMPRESSÃO

Gráfica e Editora Júnior Ltda.

**3** Editorial

**4** Artes Plásticas - A Depuração  
da Forma

**7** Ensaio - A Evolução do Estudo  
da Língua Tupi

**15** Ensaio - Projeto Brasil: Acertos  
e Desacertos

**25** Literatura - O Rico Universo  
dos Celtas

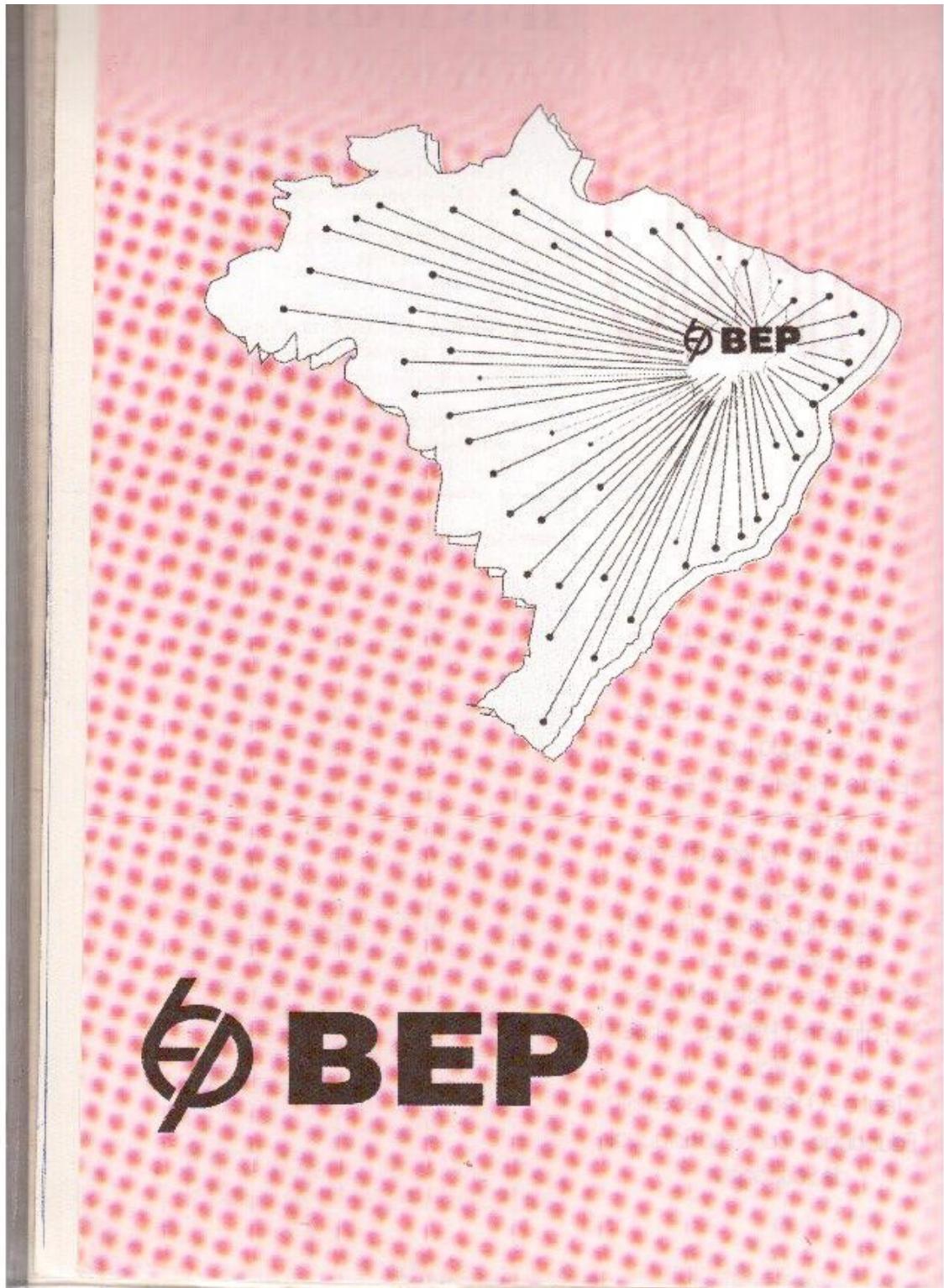
**33** Resenha Literária - Tia Júlia  
e o Escrevinhador

**56** Poesia - Cassiano Nunes

**63** Patrimônio Histórico - Museu  
do Piauí

**70** Teatro - O Teatro Novecentista

**81** Educação - Conselho Estadual  
de Educação



# CLUBE DOS DIÁRIOS

## PATRIMÔNIO CULTURAL DO PIAUÍ

*A recente inauguração do Espaço Cultural **Clube dos Diários**, com a presença do ministro Francisco Weffort, baseado em projeto de 1994, da Fundação Cultural do Piauí, publicado no nº 22, ano X, 2º semestre de 1994, desta revista, restituímos um pouco da memória histórica piauiense, o que é para nós, piauienses, muito significativo, uma vez que, como praticavam os gregos, a memória é a condição do pensamento humano. Oh ainda, segundo o entendimento do romancista William Faulkner, "o passado não está morto. Ele sequer passou".*

*O Clube dos Diários representou por muito tempo, para Teresina, o seu coração pulsante. Todos os acontecimentos sociais e políticos, desde os bailes animados que embalaram os sonhos de várias gerações, até os eventos políticos, como as convenções partidárias, ou ainda literários ou artísticos, a exemplo das conferências, dos recitais artísticos, ou das posses acadêmicas, todos tiveram, no **Clube dos Diários**, o seu palco de realização.*

*Integrando o Centro Histórico que se constituirá do Theatro 4 de Setembro, do Centro de Artesanato, do Cine Rex e da própria Praça Pedro II, que se pretende restaurar, restituindo-lhe a antiga fisionomia, servirá futuramente este local como a referência histórica para a memória viva de nossa capital.*

*Aos poucos vamos, assim, aprendendo a reverenciar o nosso passado, naquilo que ele representa de mais significativo em termos de referência histórica.*

*Teresina, a nossa bela capital, cuja arquitetura vem sofrendo, ao longo dos anos, verdadeiros atentados à sua fisionomia moral, por conta do desamor de seus habitantes e da falta de visão prospectiva dos que a têm governado, só teria a lucrar com iniciativas deste porte,*

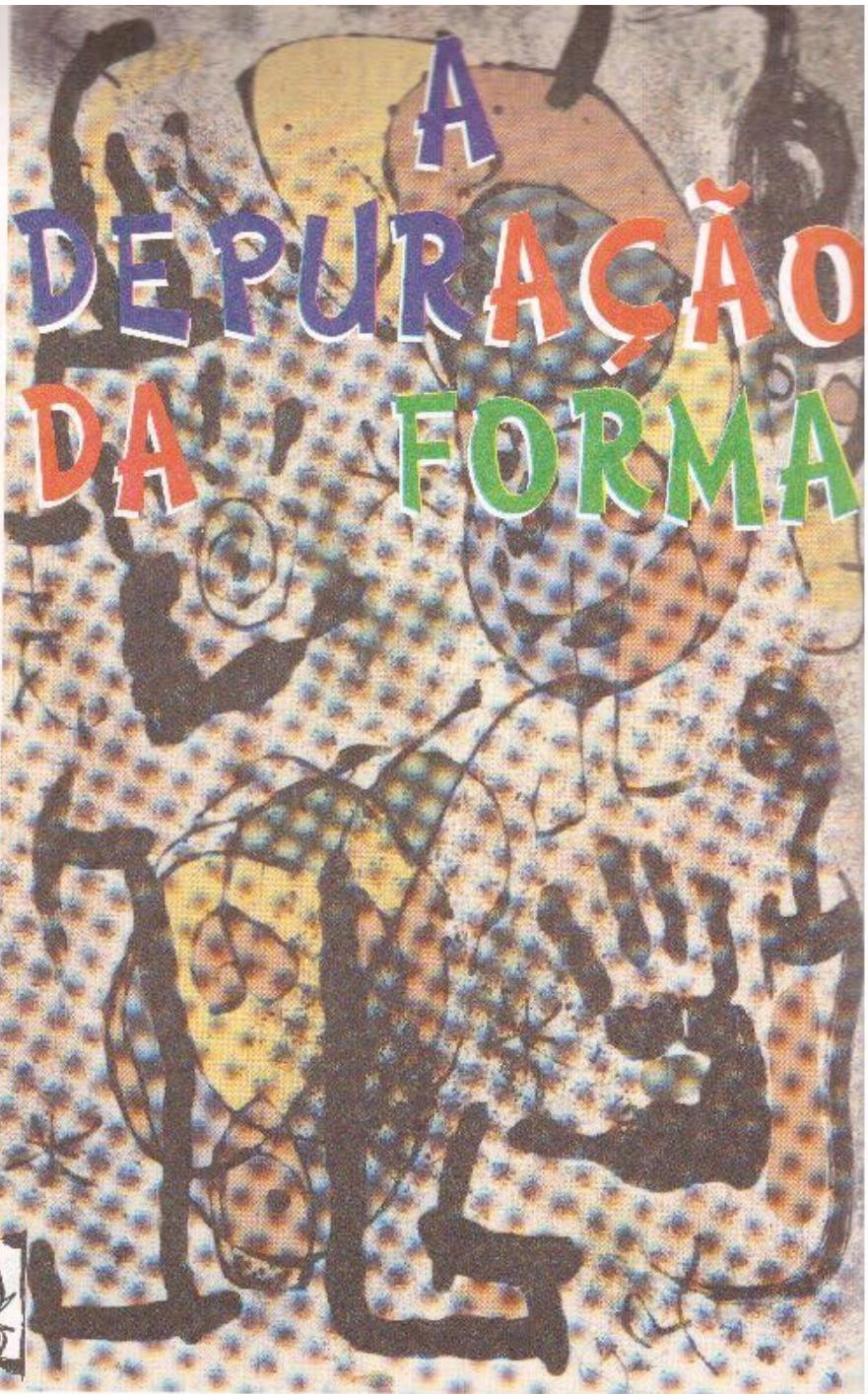
*que visam a preservar-lhe as características essenciais.*

*Pois é sabido que as cidades, como os indivíduos, têm alma e esta é indissociável de sua arquitetura. Destruí-la, como sistematicamente se vem fazendo com nossa capital, é destruir-lhe a sua riqueza espiritual.*

*É assim, este, um momento de glória para a memória histórica de nossa capital, com o que estão de parabéns o governo do Estado, na pessoa de seu governador, e todos os piauienses que amam sua terra.*

*No dia nacional da Cultura, nada mais oportuno do que lembrar este fato para a memória dos piauienses, ao qual se associa a revista **Presença**, como órgão maior de divulgação de nossa cultura.*

Nota: Esta edição somente tornou-se possível gracias ao substancial auxílio da Secretaria de Educação do Estado, na pessoa de seu titular, Professor Luiz Ubiraci de Carvalho, a quem a direção da Revista penhorosamente agradece.



4 · Presença

Todos afirmam que Juan Miró foi o artista que mais soube depurar a forma em sua maravilhosa pintura. É considerado mesmo um mestre nesta técnica e neste estilo.

A vida de Miró e sua arte foi cheia de detalhes realistas e concepções plenas para chegar a um despojamento da forma, com uma linguagem simbólica na expressão selvagem do absurdo.



Em abril de 1893, em Barcelona, nascia Juan Miró. Filho próspero de ourives e relojoeiro, o artesano despertava o talento do menino, acostumado a ver o pai debruçado em fazer peças de prata, ouro e merais. Cedo já demonstrava pendores para ser o grande artista que foi. Mas, os pais, não lhe davam ouvidos. Cresceu e resolveu cursar a Escola de Belas Artes de Barcelona, chamada "La Lonja". Ali, seus mestres começaram a perceber o grande talento do jovem aluno. Mas, os pais reprimiam esta vocação ardente para as artes e empregaram-no como guarda-livros de uma conceituada loja de variedades. Foi o suficiente para que Miró adoecesse gravemente, abalado dos nervos, diante da ociosidade do emprego e de ter que controlar seu impeto criativo. Mandam-no para a Catalunha. Ali, recupera-se e inspira-se na maravilhosa natureza do recanto espanhol, transpondo-a em suas obras posteriores.

Em 1918, através do amigo Dalmau, é convidado a fazer sua primeira exposição

individual. Não foi satisfatória a resposta do público. Mas Miró não se deixou abater e cria que o sucesso e o reconhecimento do seu valor estariam em Paris, quando, em 1919, ali se encontra e vai inúmeras vezes para receber da Capital do Mundo a consagração definitiva de sua genialidade. Em Paris, ainda no início de sua longa jornada de pintor, resolve procurar o conterrâneo Pablo Picasso, que já tinha algum nome e tenta ajudar o iniciante. Passou maus momentos na cidade que era o sonho de todos que queriam vencer, mas, em compensação pôde conviver com intelectuais como Paul Eluard, André Breton, Louis Aragon, Masson e outros. Miró agrupou-se aos ideais do Movimento do manifesto Surrealista de 1924. Com as influências deste Movimento de vanguarda, Miró passou a pintar e exibir suas novas concepções oníricas e fantásticas, produtos do subconsciente. Aos poucos, sua pintura toma vulto e sua situação financeira melhora. Era o começo de uma fase de sucesso e de glória...



Criou um estilo próprio e inconfundível e muitos achavam sua pintura um “misto de candura e infantilidade”... Discreto e arreliado, apesar de pertencer ao **Movimento Surrealista**, nunca se integrou literalmente à boêmia e às constantes farras dos companheiros de ideais...

Em 1928, iria à Holanda para ver bem de perto a arte burguesa dos filhos dessa terra, sobretudo de **Vermeer**, a quem admirava e exaltava.

Além de pintor, Juan Miró também esculpiu e fez colagem. Em 1929, casou-se com **Pilar Juncosa**, vivendo um casamento tranquilo e harmônico. Em 1930, Miró passou a quase residir na Espanha, justamente quando os surrealistas desejavam integrar o Partido Comunista. Mas, para o artista, o comunismo não era o regime ideal para o povo. Distanciou-se mais ainda dos companheiros e passou a ser visto como “desertor”.

Vivendo épocas difíceis, sua consciência social o alertava para a catástrofe que se aproximava, e começou a pintar uma fase que denominou “pinturas selvagens”, como se fossem uma premonição da iminente revolução que iria acontecer com seu povo. Neste período, sua obra foi classificada como a do “pintor profeta” dos cataclismos...

Realmente, em 1936, começa a Guerra Civil na Espanha. Miró retorna a Paris e pinta cartazes para ajudar os espanhóis em sua luta pela liberdade. Nesta ocasião, pinta **O Ceifeiro** para o governo republicano da Espanha, que seria exposto ao lado de **Guernica**, de Picasso, na Exposição Internacional de Paris. Outro quadro famoso deste período é a **Natureza-**

Morta com Sapato Velho

Morta com Sapato Velho, onde uma moça simboliza a Espanha, agressivamente esperada por um garfo com dentes em formato de baionetas.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Paris já não dava segurança a ninguém. O nazismo dominante fez Miró refugiar-se na Normandia. Regressa à Espanha e estabelece-se temporariamente em Maiorca. Na Catedral de Palma, em tranquilidade, pinta seus vitrais. Em 1924, volta à Espanha. Ali descobre talento para usar a cerâmica. Começa a depuração das formas... Reencontra a terra, os amigos e acerca-se de **Urtigas**, já artista consagrado, para retomar o caminho da arte pictórica.

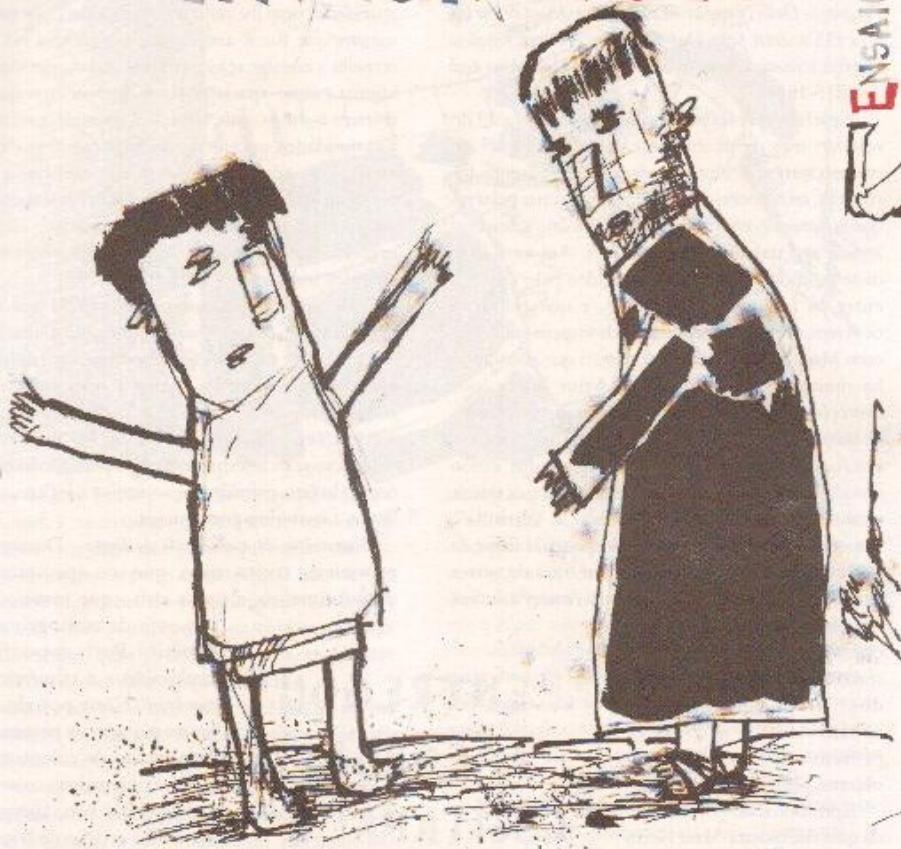
Sua fama já é grande. Nos E.U.U. seu nome é reverenciado. Vai até lá e pinta um enorme mural em hotel de grande classe. Expõe em New York, com sucesso absoluto. Retorna a Paris e é recebido como herói. Na famosa Galeria Maeght o seu sucesso é retumbante.

Na bienal de Veneza, em 1954, ganha o grande prêmio. As encomendas são grandes e o artista vê-se sobrecarregado e cansado. Até 1983, já nos seus últimos dias, o grande artista refugiou-se em Palma de Maiorca, onde possuiu um grande estúdio e realizou as melhores e maiores obras de pintura, escultura, xilogravura e colagens, deixando um acervo rico e monumental para sua Espanha, como um dos seus filhos mais ilustres e uma de suas autênticas glórias.

Juan Miró morreu rico, célebre e famoso. Mas, permaneceu simples e modesto, alheio às seduções da celebridade, porque era consciente de que seu talento foi-lhe dado para construir um mundo de cores, de formas puras, de anjos e crianças que brincavam, como se o mundo fosse, para sempre, um eterno azul, um puro azul de imaculada candura...

\* Professora Universitária  
Membro da Academia Piauiense de Letras

# EVOLUÇÃO DO ESTUDO DA LÍNGUA TUPI



A. Ribeiro da Silveira

**A** primeira abega - O interesse pelo modo de falar dos nossos aborígenes remonta ao contato inicial que com estes estabeleceu o conquistador civilizado. De sorte que já nos primeiros escritos sobre o Brasil - crônicas de expedições e epístolas de missionários - pudemos verificar a presença de termos do idioma nativo. Nisto primam, por excelência, as cartas do velho padre Manuel da

Nóbrega, que dos textos escritos e publicados em português teriam sido os primeiros a registrar brasileirismos. Em português, frisamos, porque pelo menos dos que se têm notícia, o mais antigo documento em que aparecem expressões bárbaras desta parte do Novo Mundo, foi escrito em italiano e pertence à autoria do vicentino Antônio Pigaffeta, cronista da expedição Fernão de Magalhães, e que

com esta transitou por terras americanas em dezembro de 1519, participando da primeira viagem de circunavegação. O documento em causa é o próprio relato da arrojada empresa marítima capitaneada pelo intrépido mareante português, então por capricho, a serviço de Carlos V da Espanha. Divulgou-o o naturalista Carlos Amoretti, no ano de 1860, em edições italiana e francesa, impressas simultaneamente em Milão e Paris, trazendo na capa a que se fôz no idioma em que foi escrito, o seguinte título:

*Primo Viaggio Intorno al Globo Terraquoso o sia Pagguglia Della Navigazione Alla India Orientale Per La Via D'Occidente fatta Dal Cavalliere Antonio Pigafetta Patrizio Vicentino Sulla Squadra de Capo Magalhâes negli anni 1515-1522.*

Pigafetta, que acostou no Rio de Janeiro a 13 do referido mês de dezembro e dai attribuiu a 27 do mesmo, tomou-se de curiosidade pela linguagem dos nativos, recolhendo dos seus lábios algumas palavras que armundano em sistema de vocabulário adicionou àquele seu trabalho divulgado por Amoretti. São doze ao todo os vocábulos colhidos pelo cronista entre os índios da Guanabara, e que portanto ocorrem na sua narrativa acerca da viagem que fizera com Magalhães. Mas, em relação ao que consignou há muitas restrições a fazer. Artur Neiva, por exemplo, tratando do assunto, nos seus apreciados *Estudos da Língua Nacional*, reduz a dois apenas os vocábulos propriamente tupis registrados como novidade pelo vicentino. São esses: *Piudó e sô*, que se traduzem por "anzol", "ganchos" e "farinha", respectivamente. Os demais, a despeito da fonte de onde foram obtidos, não passam, uns de vozes peculiares a outros povos nativos da América do Sul, e outros de termos portugueses ou aporrogados cedo tornados correntes na boca dos índios brasileiros, substituindo, não raro, primíritivas nomeações para objetos, plantas e animais.

Aprofundando-se no exame da questão, mostra Artur Neiva que as palavras *caique*, *maiz* e *curau*, dadas por Pigafetta como brasílinicas, são na realidade vozes do Hauri, já, aliás, registradas na primeira viagem de Colombo. E mais: que a palavra "aota" encontrada no documento italiano, foi trazida pelos portugueses e aqui adotada pelo bárbaro na

designação do mamífero que na língua era *tapira*, de onde se originou *tupi*, "figura metaplásica conservada no estilo guindado", e de que se utilizaram os poetas, notadamente Gonçalves Dias, como recurso de merrificação.

Vê-se, por ai, que o cronista *comeu gato por lebre*, aceitando e transmitindo como sendo tupis ou de outras variações idiomáticas da língua que se tornou geral, todas as palavras captadas dos lábios da gentilidade guanabarina, ou seja, os tamoios (tupis do leste meridional).

Não reparmos, porém, no seu engano de viajante apressado, nem lhe retiremos tampoco, por isso, o mérito que lhe é atribuído da primazia no que respeita à consignação das primeiras expressões do idioma genito aparecidos em documentos que se referem ao nosso país. Cabe, pelo contrário, recolher a curiosidade e considerar que justamente por esses equívocos, adquiriu importância especial a sua pequena lista de palavras colhidas no litoral do Rio de Janeiro, porquanto é precisamente ali que encontramos o primeiro convite à controvérsia sobre assuntos indigenistas do Brasil.

Vale ainda o equívoco de Pigafetta por uma demonstração de que a corrupção ou o mal-entender em matéria de terminologia ameríndia, vem de muito antes, de um convívio efetivo e mais estreito do colonizador com o gentio, e como o indagador menos avisado, poderia, já então, facilmente equivocar-se na interpretação do tupi falado na costa, onde, de fato, primeiramente se acentuou a influência da língua e costumes portugueses.

*Necessidade do aprofundizado da língua* - Durante os primeiros trinta anos que se seguiram ao descobrimento, a única coisa que justificou a presença de estrangeiros na América Portuguesa foi a exploração e o comércio do pau-brasil. Nesse período, não houve tentativa de penetração, nem intuito de colonizar. Só o tráfico do madeiro colorante seduzia. Por isso, apenas se efetuou a criação de feitorias por iniciativa dos que se entregaram àquela rendosa atividade, aos quais, antes de se decidir a conquistar em definitivo a Terra de Vera Cruz, entregou a coroa lusitana o monopólio do *pau de fazer tintas*.

As circunstâncias, porém, tornaram, desde logo, indispensável o entendimento

...ENTREGOU  
A COROA  
LUSITANA O  
MONOPÓLIO  
DO PAU DE  
FAZER  
TINTA.

catequistas, como de um modo geral os colonos, que já no começo do século dezoito era mais ou menos de três para um a relação entre o tupi e o português falado no Brasil. Naqueles tempos quando o desbravamento dos setiões apenas se iniciava, diz Teodoro Sampaio, "o tupi era deveras a língua dominante, a língua da colônia". Todos a falavam e a compreendiam, parecendo mesmo haver certa predileção por ela. Saudavam-se em tupi, dizendo *emewema*, que equivale a dizer *bom dia*, a que respondia o interlocutor, repetindo a mesma saudação, ou simplesmente *yaú*. Ao toque da Ave-Maria, o cristão da América erguia-se, persignando: *Santa Turuá rangua rácí*, que quer dizer: Pelo Sinal da Santa Cruz, repetia na sua língua a oração da tarde.

A propósito desse predominio da língua dos vencidos sobre a dos conquistadores, dá-nos o padre Nóbrega, em escrito em 1694, o seu testemunho: "É certo que as famílias dos portugueses e índios em São Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola".

A tal ponto chegaram as coisas, que temendo fosse esquecida a língua portuguesa, determinou o governo da metrópole, por provisão de 1727, a proibição terminante do uso do tupi entre os colonos da América Portuguesa.

Ao chegarem os padres ao Brasil, diz o padre Serafim Leite, "sem deixarem a portuguesa verificaram que, para atrair e catequizar os índios, era indispensável saber a língua deles". Daquela regra e dessa verificação, observa o autor da *História da Companhia de Jesus*: "Provieram múltiplas vantagens para a catequese e para a ciência".

A aprendizagem prática do tupi falado no litoral foi logo feita pelos missionários, de sorte que antes mesmo de serem encetados com maior afínco os estudos com o fim de sistematizá-lo, alguns padres nele já se expressavam nas suas pregações. Temos o exemplo do bisbeulo Aspicuetá Navarro e do não menos destro irmão Pero Lopes, o qual se tornou conhecedor profundo da língua e da psicologia dos índios, aos quais pregava à sua maneira, inspirado em livros que especialmente para isso mandava vir da Europa.

A catequese na língua tupi obteve grande estímulo com a chegada do irmão Antônio Rodrigues, com quem se iniciou o seu exercício na Bahia, ao mesmo tempo que, em São Vicente, se desenvolvia atividade idêntica, aliás mais vantajosamente, pois ai encontraram os missionários o concurso de portugueses, de há muito residentes no país, e que

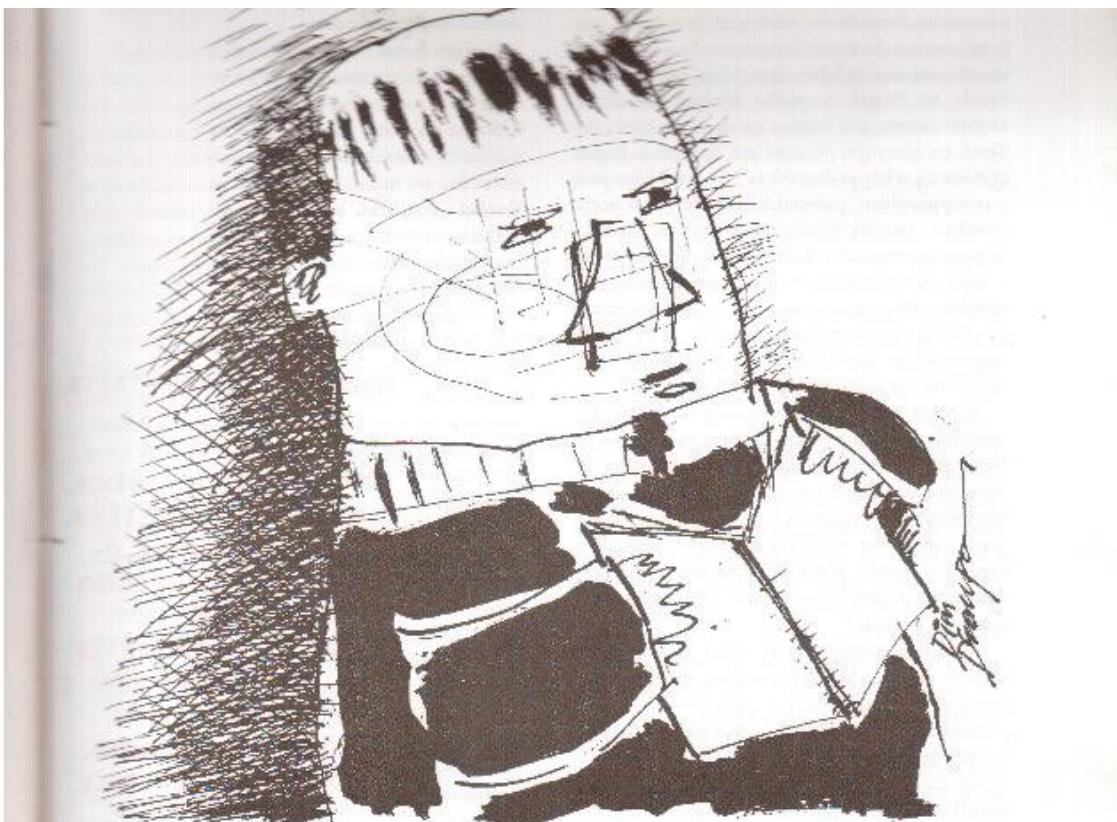
dominavam bem a língua.

*Redução do tupi à "arte de gramática".*- A redução, no entanto, do tupi à arte de gramática só se fez depois de lento e difícil trabalho. Não sem santa paciência conseguiram os padres entender os índios, apreender as flexões vocálicas, as construções silábicas, os segredos, enfim, das suas convenções idiomáticas. O padre Nóbrega, já na sua primeira carta do Brasil, queixava-se da "boçalidade" dos índios, dizendo que tentara traduzir as orações com eles, não o conseguindo, esperando fazê-lo com um homem que "na terra se criara de moço".

Referia-se a Diogo Álvares, o lendário Caramuru. Embora também o padre Vicira: "Por vezes, escreveu, me aconteceu estar com o ouvido aplicado à boca do bárbaro, e ainda do intérprete, sem poder distinguir as sílabas, nem perceber as vogais e consoantes, de que se formavam". O padre Navarro, que teria sido o primeiro pregador em tupi, e a quem Nóbrega encarregara da tarefa de gramaticalizar a língua, quase desistiu da empresa. E é certo que a transferiu ao padre Ambrósio Pires e ao irmão Blasques, desculpando-se: "Quanto ao modo de Arte, não alcança ainda para o fazer, nem me parece ter sendo certos resultados que servem em geral".

Mas José de Anchieta vislumbraria o que Navarro não alcançou. E da sua argúcia nasceria a *Arte de Gramática da Língua mais falada no litoral do Brasil*.

**MAIS TARDE, NO ENTANTO  
A INVESTIGAÇÃO  
CIENTÍFICA, A  
ESPECULAÇÃO HISTÓRI  
A CURIOSIDADE LITERÁI  
FARÃO RENASCER O  
INTERESSE ADORMECIT  
PELA LÍNGUA DOS  
PRIMITIVOS HABITANT  
DO PAÍS. E ENTÃO NOV  
FECUNDO CICLO DE  
ESTUDOS SE INAUGUR  
INSPIRADO NO EXEMPI  
DOS ANTEPASSADOS.**



com os nativos. Era imprescindível a amizade destes. Daí surgiu a necessidade de se exercitarem na sua língua os europeus que para aqui então vieram. Todos se interessavam por aprender o idioma dos primitivos habitantes do país, tornando-se alguns, desde cedo, hábeis intérpretes, de cuja experiência se utilizariam, com grande proveito, as futuras expedições deslizadoras e missionárias.

Teodoro Sampaio, num admirável estudo acerca da evolução histórica do vocabulário geográfico do Brasil, com efeito observa: "Vê-se bem que o trato com os naturais da terra, a sua amizade, o conhecimento da sua língua, coisa só possível depois que o comércio os aproximou do europeu, são condições que deviam preceder a quaisquer outras relações, visando o conhecimento do país..."

Mas esse interesse, vamos dizer, imediatista, que dominou nas três primeiras décadas pela aprendizagem do tupi, cederia lugar à preocupação com o estudo e redução da língua a regras gramaticais. Tal preocupação se definiu com o advento das "entradas" e da colonização. Vale dizer, com as missões jesuíticas de quem, indiscutivelmente, é obra a fundação lingüística

americana e a própria expansão do tupi.

A terra ia ser desbravada e definitivamente conquistada. Nela se estabeleceriam os portugueses para agricultar, impedir a intrusão dos entrepoços - enfim, edificar uma nacionalidade nova. Com maior razão se impunha a necessidade de transformar o idioma dos naturais da terra em instrumento útil às relações entre indígenas e alienígenas. O que agora convinha era estreitar essas relações, visando a assimilação do índio aos costumes ádvenas e a sua utilização na empresa em que se obstinaram os conquistadores.

Ao esforço de educar e converter o autóctone ao cristianismo, juntaram-se, pois, o empenho de disseminar entre os que vieram viver em comum com eles o conhecimento da língua em que se comunicavam, e mais ainda, a unificação das variações dialetais. Era isso, sem dúvida, mais prático do que incutir na cabeça do bárbaro o idioma civilizado. Da Companhia de Jesus era regra, aliás, que todos aprendessem a língua da terra em que vivessem, se vissem ser "mais útil que a sua própria".

E tanto nisso se aplicaram não só os

catequistas, como de um modo geral os colonos, que já no começo do século dezoito era mais ou menos de três para um a relação entre o tupi e o português falado no Brasil. Naqueles tempos quando o desbravamento dos serrões apenas se iniciava, diz Teodoro Sampaio, "o tupi era deveras a língua dominante, a língua da colônia". Todos a falavam e a compreendiam, parecendo mesmo haver certa predileção por ela. Saudavam-se em tupi, dizendo *enemona*, que equivale a dizer *bom dia*, a que respondia o interlocutor, repetindo a mesma saudação, ou simplesmente *paúá*. Ao toque da Ave-Maria, o cristão da América erguia-se, persignando: *Santa Terezinha ranguá níel*, que quer dizer: Pelo Sinal da Santa Cruz, repetia na sua língua a oração da carne.

A propósito desse predomínio da língua dos vencidos sobre a dos conquistadores, dá-nos o padre Nóbrega, em escrito em 1694, o seu testemunho: "É certo que as famílias dos portugueses e índios em São Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios, e a portuguesa a vão os meninos aprender à escola".

A tal ponto chegaram as coisas, que temendo fosse esquecida a língua portuguesa, determinou o governo da metrópole, por provisão de 1727, a proibição terminante do uso do tupi entre os colonos da América Portuguesa.

Ao chegarem os padres ao Brasil, diz o padre Serafim Leite, "sem deixarem a portuguesa verificaram que, para atrair e catequizar os índios, era indispensável saber a língua deles". Daquela regra e dessa verificação, observa o autor da *História da Companhia de Jesus*: "Provieram múltiplas vantagens para a catequese e para a ciência".

A aprendizagem prática do tupi falado no litoral foi logo feita pelos missionários, de sorte que antes mesmo de serem encetados com maior afinco os estudos com o fim de sistematizá-lo, alguns padres nele já se expressavam nas suas pregações. Temos o exemplo do biscaíno Aspicueta Navarro e do não menos destro irmão Pero Lopes, o qual se tornou conhecedor profundo da língua e da psicologia dos índios, aos quais pregava à sua maneira, inspirado em livros que especialmente para isso mandava vir da Europa.

A catequese na língua tupi obteve grande estímulo com a chegada do irmão Antônio Rodrigues, com quem se iniciou o seu exercício na Bahia, ao mesmo tempo que, em São Vicente, se desenvolvia atividade idêntica, aliás mais vantajosamente, pois ali encontraram os missionários o concurso de portugueses, de há muito residentes no país, e que

dominavam bem a língua.

*Redução do tupi à "arte de gramática"*- A redução, no entanto, do tupi à arte de gramática só se fez depois de lento e difícil trabalho. Não sem santa paciência conseguiram os padres entender os índios, apreender as flexões vocálicas, as construções silábicas, os segredos, enfim, das suas convenções idiomáticas. O padre Nóbrega, já na sua primeira carta do Brasil, queixava-se da "boçalidade" dos índios, dizendo que tentara traduzir as orações com eles, não o conseguindo, esperando fazê-lo com um homem que "na terra se criara de in o ç o".

Refaria-se a Diogo Álvares, o legendário Caramuru, Embaraços tivera também o padre Vicira: "Por vezes, escreveu, me aconteceu estar com o ouvido aplicado à boca do bárbaro, e ainda do intérprete, sem poder distinguir as sílabas, nem perceber as vogais e consoantes, de que se formavam". O padre Navarro, que teria sido o primeiro pregador em tupi, e a quem Nóbrega encarregara da tarefa de gramaticalizar a língua, quase desistiu da empresa. É certo que a transferiu ao padre Ambrósio Pires e ao irmão Blasques, desculpando-se: *Quanto ao modo de Arte, não alcancei ainda para o fazer, nem me parece ter senão certos recebidos que servem em geral*".

Mas José de Anchieta vislumbraria o que Navarro não alcançou. E da sua argúcia nasceria a *Arte de Gramática da Língua mais falada no litoral do Brasil*.

**MAIS TARDE, NO ENTANTO,  
A INVESTIGAÇÃO  
CIENTÍFICA, A  
ESPECULAÇÃO HISTÓRICA,  
A CURIOSIDADE LITERÁRIA,  
FARÃO RENASCEM O  
INTERESSE ADORMECIDO  
PELA LÍNGUA DOS  
PRIMITIVOS HABITANTES  
DO PAÍS. E ENTÃO NOVO E  
FECUNDO CICLO DE  
ESTUDOS SE INAUGURA,  
INSPIRADO NO EXEMPLO  
DOS ANTEPASSADOS.**

INTANTO,  
SÃO  
A  
HISTÓRICA,  
TERÁRIA,  
SER O  
MERCADO  
DOS  
MANTENDES  
NOVO E  
DE  
SEGURA,  
EMPENO  
ADOS.

Superadas as dificuldades do primeiro encontro, e mesmo indôcil e indô na sua natural desconfiança do estrangeiro, o *aparangua* como dizia ele - familiarizaram-se os missionários com o modo de falar dos aborígenes. E então se tornou mais fácil o entendimento com o bárbaro e exequível a menudenização e unificação dos dialetos do idioma gentílico, conduzindo-se o tupi para o seu caráter de *Língua geral* e para a expansão por onde antes não havia penetrado, o que se deu com o avanço das bandeiras para o nexo do território incenso.

O idioma que, a princípio embasbacou o padre Vieira e a alguns pareceu pobre de vocábulos e inexpressivo no seu estado in culto, prestou-se excelentemente à modelação que, depois dos estudos pragmáticos desenvolvidos na Bahia e, principalmente, em São Vicente, lhe deram José de Anchieta e Luís Figueira. A este último afogita-se "fácil, elegante, suave e copioso". De igual forma ao padre John Vincent Yale que, em carta datada da aldeia de Santo Antônio, em 21 de junho de 1593, dava versão inglesa aquelas palavras: "On the most easy, well ordered under the sun", deixando a João de Laet a manifestação em latim: "nom facilis est, copiosa neque insuavis".

Ainda ao autor do *Dicionário Brasiliano* não escapou a observação de que, tendo os povos que falavam o tupi limitado as suas idéias a um pequeno número de coisas essenciais ao seu *modus vivendi*, "pudesse conceber sinais representativos de idéias, com capacidade de abranger objetos de que antes não tiveram conhecimento; e isso, não de qualquer maneira, mas com propriedade, energia e elegância". De Teodoro Sampaio, em *O Tupi na Geografia Nacional*, é assertiva de que já no segundo período da sua evolução morfológica - ou da aglutinação - era a língua gentílica "um idioma rico no vocabulário e bastante expressivo".

Com a redução, as palavras passaram a ter formas fixas. Perderam os vícios do seu estágio primitivo: o caráter dúbio e indefinido que dificultava a apreensão das articulações e a diferenciação das mímicas como as pronunciavam as diferentes tribos. Por outro lado, o contato com o português multiplicou-lhe os recursos, sugerindo hibridações, por vezes curiosas, das quais não raras se incorporam definitivamente ao léxico luso-brasileiro.

A disciplinação da língua levá-la-ia, forçosamente, a modelar-se pelo idioma dos colonizadores, o que, aliás, já se dava na fase do seu uso prático, quando os padres, para expressar certas idéias e pensamentos para os quais não encontravam o termo correspondente, exato, criavam neologismos que

serviam aos seus intentos. Os verbos, por exemplo, se preservam as adaptações de momento, e eram construídos segundo a lógica da língua portuguesa. Temos como primeiro exemplo nesse particular, o verbo *moçar*, que já se encontrou nas primeiras cartas do padre Manuel da Nóbrega. Esse verbo, efectivamente, não existe em tupi. É um brasileirismo, derivado do *moçar*, autêntico substantivo indígena, que alude ao "gradeado de varas sobre brasas, para assar caça e pesca".

Ainda no que se refere às hibridações, convém observar que essas não ocorriam apenas com elementos da língua portuguesa, mas também com expressões de dialetos africanos. Gabriel Soares, por exemplo, em 1540, usou o africano *anhanguiabu*, julgando grafar um vocábulo essencialmente tupi.

Mas as relações de raças teriam, fatalmente, de implicar nesse intercâmbio linguístico, e também numa mútua assimilação de hábitos e costumes que se acentuou com a fusão étnica, de que resultou o tipo brasileiro e seu linguajar característico. Convém considerar, ainda, que pela razão mesma da sua expansão e uso geral ao tempo da conquista e do desenvolvimento da colônia, tornou-se o tupi não só um preponderante elemento formador do falar brasileiro, como também um ponderável fator de unidade nacional.

A "Arte de Anchieta" - A "Arte" de Anchieta foi o marco inicial de um novo e mais notável ciclo de estudos da língua tupi. Embora menos sistematizada do que a *Gramática* de Luís Figueira, representa a primeira tentativa de ordenação da língua. Teria partido de um esboço elaborado em seis meses, conforme informou o seu igual e biógrafo Pero Lopes. Fruto de paciência sem par e árduos labores, com ela se assentaria a interdependência das palavras nas ligações lógicas, no exprimir do pensamento. E em que pese os defeitos que lhe têm apontado, não vale a pena fazer-lhe, mesmo à maneira de Plínio Airosa, a restrição de "não refletir", com absoluta precisão, a língua dos aborígenes, mas, antes, considerar que o catequista de Piratininga foi quem melhor penetrou na psicologia do gentio, e mais argutamente percebeu os segredos do seu estranho mas "suave e copioso idioma". Aliás, é o próprio autor das *Primeiras Lições de Tupi*, quem, contraditoriamente, observa que "a sua obra se ergue como o mais alto monumento da linguística ameríndia, e constitui a melhor fonte saciadora dos conquistadores e estudiosos da nossa etnologia".

Para o padre Serafim Leite, a *Gramática* de Anchieta é "monumento de imperecível valor linguístico e filológico", parte bem razoável da

glória da Companhia de Jesus. Por ela se guiaram os outros missionários na iniciação da língua cultivada; por ela aprenderam os meninos de Lisboa, os discípulos dos Colégios da Bahia e de Piratininga. Fundamentados nela, escreveram todos quantos até agora contribuíram para a nossa bibliografia etnográfica, não a dispensando os historiadores, cartógrafos e mesmo os naturalistas, de Maregrave, Luccock e Eric Vicente do Salvador, aos que, hodiernamente se dedicam aos estudos do gênero.

*Decadência e retomada dos estudos* - Passada, porém, a fase dos sucessos heróicos, dos primeiros embates entre conquistadores e nativos, da epopéia bandeirista na conquista da terra, os estudos caem em desuso, ficando, todavia, derramada na língua do povo mestiço que se manipulava, a influência do idioma bárbaro. O entusiasmo que animou os precursores, de envolta aos perigos dos primeiros encontros, fenece, quando não mais se impõe, como necessidade imperiosa, o aprendizado e prática do tupi da costa, que foi nos primeiros tempos, como diria o bom Nóbrega, "o latim da terra", do qual era tido como Cícero o padre Gaspar Lourenço, e como Túlio, pela eloquência e perfeição com que ele pregava, o Irmão Leonardo do Vale.

Mais tarde, no entanto, a investigação científica, a especulação histórica, a curiosidade literária, farão renascer o interesse adormecido pela língua dos primíveros habitantes do país. E, então novo e fecundo ciclo de estudos se inaugura, inspirado no exemplo dos antepassados. Nesse passo voltam à validade as antigas contribuições, não se dispensando das perquirições em que se obstinam historiadores, naturalistas e glotônogos, o quanto jazia disperso em toda sorte de documentos que informam sobre a terra e coisas do Brasil. À curiosidade dos pesquisadores e estudiosos, ressurgem como velhos tesouros reencontrados sob a espessa cama de poeira dos séculos, os relatos de viagens, as crônicas de expedições, os tratados de historiadores dos primeiro e segundo séculos do descobrimento. Ao lado dos primitivos dicionários, artes de gramática e versões de atos e de fé, feitos pelos jesuítas, alcâm-se à evidência os estudos de Gabriel Soares, Gama, Cardim, Hans Staden, Simão de Vasconcelos, Antonil, Lery, Thevet, Abeville, Maregrave, Lact, d'Évreux, Piso... De todos aqueles, enfim, que baseados em subsídios anteriores e na experiência própria, concorreram para a cimentação dos fundamentos da nossa historiografia.

Com os labores de Matluis, Spix, Hartt, Freire Alemão, Barbosa Rodrigues, Adolfo de Varnhagen, Couto de Magalhães, Francisco José de Lacerda,

Batista Caetano e outros, rumos novos são traçados às indagações indigenistas, conduzindo-se os estudos para objetivos mais largos e aplicações mais variadas, quando por eles passar a interessar-se mais diretamente a sociologia, e o problema de recomposição e interpretação com intenções críticas da história do país solicitar mergulho mais aprofundado à busca das suas raízes.

Já então a lingüística não é encarada como um fato isolado, na sua particularidade intrínseca, mas na sua correlação com outros elementos de ordem étnica, cultural e social que intervieram na formação do nosso povo. Estamos no estágio em que especialistas de ramos diferentes, para chegarem aos fins específicos a que se propõem, terão de se encontrar e completar, com vistas alargadas sobre uma complexidade de fatores, causas e efeitos.

*O nativismo literário* - Concomitantemente, a literatura entra a explorar motivos de soberba e genuína brasiliidade, reabilitando o índio e a sua língua na grande epopéia escrita da nossa história de nação, a qual imaginações fecundas ornamentam com as lormituras do verbalismo sonhoso a que dá recursos a plasticidade do idioma também mestiço. O romantismo, que despertou o gosto pelo exótico, libertando o espírito do formalismo clássico, anima essa verdadeira corrida ao nativismo. O gênio primitivo, que já em 1550 inspirava reflexões a Montaigne, através de fragmentos de canções selváticas reveladas na França por Jean de Lery, conquista lugar de saliência nas criações literárias. Já sem os escrúpulos de Santa Rita Durão, José de Alencar, no romance, e Gonçalves Dias, na poesia, realizam com felicidade rara esse ideal de nacionalismo na arte.

Dizem que essa ressurreição do homem da selva e da sua língua na literatura romântica, decorreu da circunstância de não termos uma Idade Média a que retornássemos à busca de temas e inspiração para os labores do pensamento emancipado. Se, em parte, justifica-se assim a exploração do exotismo americano que seduziu também a Cooper e Chateaubriand, não menos esbarro é que o nosso narizismo literário refletiu também, e antes de tudo, uma reação enérgica e consciente contra o lusitanismo clássico, representando, desse modo, uma singular tendência do movimento cuja eclosão costuma se datar do lançamento em 1830, na França, do *Hernani* de Victor Hugo. Pretendia-se, como insinuou Varnhagen, também uma espécie de Inconfidência Lingüística. E, tanto isso é verdade, que os próprios portugueses "ídolos da frase", se escandalizaram com o fato, chegando um deles, Pinheiro Chagas, a denunciar o brasiliismo

dos nossos literatos como "dissidência intolerável", provocando com a sua crítica a "profissão de fé", em que o poeta de I-Juea-Pirama, proclama os dínamos do tupi no idioma que aqui se formou, e a não menos veemente réplica do romancista de Iracema, na qual afirma José de Alencar: "A revolução (idiomática) é irresistível e fatal, como a que transformou o grego em grego e céltico, o etrusco em latim, e o romano em francês, italiano, etc; há de ser tão larga e profunda como a imensidão dos mares que separam os dois mundos a que pertencemos". E de fato se operou a "revolução", de que não só a literatura e a toponímia fossilizada, mas também a antropônimia, a fitonímia e zoonímia conservam expressivos e inedeléveis testemunhos, como a dizer, no expressar de Teodoro Sampaio, que da raça vencida, nem tudo se perdeu, e que se, no sangue dos descendentes, a dosagem diminui, a se apagar, a memória dos primitivos incolas, perdura ainda onde a civilização ostenta os seus triunfos.

Com essas especulações científicas e essas reivindicações literárias, os estudos indigenistas anegam no século XIX a sua plenitude, no Brasil, muito se devendo, nesse particular, a D. Pedro II, autor, ele mesmo, de umas *Notas sobre a Língua tupi*, redigidas em francês e divulgadas por Levasseur, no ano de 1889, em Paris.

Mediante indicação do próprio Imperador, que assim retomava iniciativa anterior de Varnhagen, em 1849 o Instituto Histórico aprovou a recomendação no sentido de que:

1 - se reunissem todas as notícias referentes à língua indígena, interessantes e úteis pela originalidade e pelos preciosos dados que pudessem administrar à Etnografia do Brasil.

2 - se elaborassem gramáticas e um Dicionário Geral dos diferentes dialetos falados pelos índios brasileiros.

Como resultado imediato, inúmeras contribuições originais apareceram, ao passo que são descobertos e reeditados não poucos dos textos devidos aos antigos *monhangorás*, por cuja preservação se hatera obstinadamente o Visconde do Porto Seguro.

É a partir de então que se reimprimem os clássicos



dicionários, gramáticas e catecismos na língua dos sábios e pacientes *abaré* da Companhia de Jesus; elaboram-se e publicam-se subsídios novos e importantíssimos, como por exemplo, a *Gramática da Língua geral dos índios do Brasil*, de J. J. da Silva Guimarães; o *Vocabulário da Língua Indígena para uso no Seminário Episcopal do Pará*, do Padre Manuel Justiniano Seixas; o *Dicionário da língua tupi chamada geral dos índios do Brasil*, de Gonçalves Dias; o *Compêndio da Língua Brasílica*, de Francisco Raimundo Correia de Faria; a *Crestomatia*, de Ferreira Franca; as *Questões Propostas*, de Freire Alemão; o *Glossário Linguarum Brasiliensis*, de Carl von Martius; a *Gramática da Língua Tupi*, de Pedro Luís Simpson; os *Apontamentos sobre o Abaeneenga* e o *Vocabulário das palavras guaranis usadas pelo tradutor da Conquista Espiritual do Padre Ruiz Montoya*, de Batista Caetano; a *Poranduba Amazonense*, de Barbosa Rodrigues; o *Selvagem*, de Couto de Magalhães; o *Dicionário de Vocábulos Brasileiros*, de Beaupaire Roban; o *Tupi na Geografia Nacional*, de Teodoro Sampaio, e numerosos

outros, cuja criação se tornaria por demais enfadonha.

Simultaneamente, vem a hincar, por esse Brasil afora, uma série imensa de pequenas monografias e estudos histórico-crimológicos, em torno e à margem dos quais se acirram discussões, por vezes acerbas, como as que se travaram acerca dos ainda controvertidos nomes Ceará, Berlinga, Carneiro, etc.

O estágio atual - O estágio atual em que se acham os estudos do gênero é o que se pode denominar de fase universitária. Tive como intituladores, principalmente Teodoro Sampaio, Basílio de Magalhães e João Ribeiro, e nele se impuseram, antes de quaisquer outros, Frederico Edelweiss, Lemos Barbosa e Plínio Airosa, aos quais se deve o pioneirismo da didática e do ensino sistemático da língua tupi

em nossas escolas superiores, no que deram o primeiros exemplos as Universidades de São Paulo e da Bahia, que nisso devem ser imitadas pela demais similares, já devidamente habilitada pela Lei nº 2.311, de 3 de setembro de 1954 que dispôs sobre a criação e funcionamento da cadeira de disciplina nas Faculdades de Filosofia, Ciências Letras do país.

Palestra proferida no Ciclo de Conferências da Academia Piauiense de Letras, em agosto de 1954



Litógrafia da Sociedade Brasileira de Geografia e Instituto Rondon

## BIBLIOGRAFIA

- ABBEVILLE, Claude - *História da Missão dos padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão*. São Paulo, 1945.
- ANCHIETA, Padre José de - *Cartas, Informações, Fragmentos e Sermões*. Rio, 1933.
- *Arte de Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil*. Ed. Biblioteca Nacional, Rio, 1933.
- ABAUJO, Pedro Antônio de - *Caracterismo Brasileiro da Doutrina Cristã*. Ed. Acad. das Ciências de Lisboa, 1892.
- AIROSA, Plínio - *Apontamentos para a Bibliografia da Língua Tupi Guarani*. São Paulo, 1941.
- AZEVÉDO, João Luís de - *Cartas do Padre Antônio Vieira* (coadecadas e anotadas por J.). Coimbra, 1923-1928.
- BETTENDORF, João Filipe - *Crônica da Missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, in "Rev. Inst. Hist. Geogr. Bras.", tomo 72, parte I, 913.
- EDELWEISS, Frederico G. - *Tupis e Guarani*. Ed. do Museu do Brasil. Sec. Educ. Saúde, Salvador, 1944.
- EVREUX, Yves d' - *Viagem ao Norte do Brasil*. Urtigão português de 1874.
- FIGUEIRA, Padre Inácio - *Arte de Gramática da Língua Brasileira*. Lisboa, 1687. Lipsia, 1873.
- HARTT, Carlos Inácio - *Metodologia dos índios do Brasil*. "Rev. Esp. Antropol.". Rio, 1882.
- JABOTATÃO, Frei Antônio Mariz - *Novo Orbe Scritto Brasiflico*. Rio, 1858.
- LEITE, Padre Serafim - *Novas Cartas Jesuíticas*. Vol. 194 da "Coleção Brasiliense". São Paulo, 1940.
- *Luiz Figueira e sua vida e a sua obra literária*. Lisboa, 1940.
- *História da Companhia de Jesus no Brasil e Lisboa*. Rio de Janeiro, 1886-1846.
- LERY, Jean de - *Viagem à terra do Brasil*. São Paulo, 1941.
- MADRE DE DEUS, Frei Gaspar de - *Memória para a História da Companhia de Jesus em São Vicente*. Lisboa, 1794.
- MAGALHÃES, Coração de - *O Selvagem*.
- MONTOYA, Pedro Amorim Barroso - *Tesoro de la Língua Guarani - conquista Espiritual hecha por los religiosos de la Compañía de Jesús*. Bilbau, 1892.
- NEIVA, Arari - *Estudos da Língua Nacionál* vol. I-III da "Coleção Brasiliense". São Paulo, 1940.
- NOGUEIRA, Bento Caetano de Almeida - *Vocabulário das palavras guaranis usadas pelo Tradutor da Conquista espiritual do Padre Ruiz Montoya*. Memória. M. Bibl. Nat. vol. II. Rio, 1879.
- PORTO-SIGURO, Vicente de - *História Geral do Brasil*. São Paulo, s/d.
- RODRIGUES, Padre Antônio - *Carta de - aos Irmãos de Coimbra e São Vicente da Séculas Letras - Páginas da História do Brasil*.
- RODRIGUES, Pedro - *Vida do Padre José de Anchieta*. M. Bibl. Nat. vol. 29.
- SALVADOR, Frei Vicente de - *História do Brasil*. São Paulo, 1918.
- SAMPAIO, Teodoro - *A passo do Brasil Meridional Fundação da Província Colonial regada dos Portugueses em São Vicente*. "Rev. Inst. Hist. Geogr. São Paulo", 1898.
- *Da Evolução Histórica do Vocabulário Geográfico do Brasil*. "Rev. Inst. Hist. Geogr. São Paulo", vol. III, 1903.
- *São Paulo de Piratininga ao final do século XVI*. "Rev. Inst. Hist. Geogr. São Paulo", Vol. IX, 1889.
- *São Paulo ao Tempo de Anchieta*. "Estado de São Paulo", 16 X 1896.
- *Fundação da Cidade de São Paulo*. "Rev. Inst. Hist. Geogr. São Paulo", vol. X, 1905.
- *Restauração Histórica da Vida de Santo André de Borda do Campo*. "Rev. Inst. Hist. Geogr. São Paulo", Vol. IX, 1903.
- *Fundação da Cidade do Salvador* - Ex. Prefeitura Municipal do Salvador. Bahia, 1955.
- *O Tupi na Geografia Nacional*. Ed. 1955.
- SANCHES, Peçar - *Língua Brasileira*. Vol. 179 da "Coleção Brasiliense". São Paulo, 1940.
- SOLZA, Gahni Soress de - *Tratado Descritivo do Brasil em 1857*. vol. II, da "Coleção Brasiliense". São Paulo, 1940.
- STADEN, Hans - *Viagem ao Brasil*. Ed. Academia Brasileira de Letras. Rio, 1930.
- THEVENET, André de - *Les Singularités de la France Antérieure*. Paris, 1558 e 1568. Trad. Part. São Paulo, 1944.
- VASCONCELOS, Simão de - *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*. 2<sup>a</sup> ed. Rio, 1864.
- VIEIRA, Padre Antônio - *Cartas* - coadecadas e anotadas por João Luís de Azevedo. Coimbra, 1923-1928.

# O PROJETO BRASIL: ACERTOS E DESAERTOS

M. Paulo Nunes



"É entender a arte não como os historiadores julgam - uma fotografia do passado - mas, como uma forma de perceber a época, os fatos, os vencedores e derrotados numa batalha, levando de quebra informações sobre o regime que encomendou a obra. E também, entender as pessoas. História não é ciência, uma versão crua dos fatos não leva à verdade científica. Um fato histórico não é um experimento que se repete em laboratório.  
*Sarajevo, 1914, não é Sarajevo, 1995.*"

**F**ernand Braudel, autor de obras fundamentais que revolucionaram a teoria da história ocidental, como **Civilização Material, Economia e Capitalismo**, séculos XV - XVIII e **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II**, descreve na Introdução ao primeiro desses livros seu projeto como comparativo, por movimentar-se dialeticamente entre passado e presente, entre observação concreta e a consciência da heterogeneidade e complexidade da vida.

Por outro lado, o historiador inglês, de origem judaica, Simon Schama, que se encontra atualmente no Brasil proferindo conferências, em entrevista ao caderno "Tréias", do Jornal do Brasil, à pergunta sobre "o que é ser historiador", assim se manifestou:

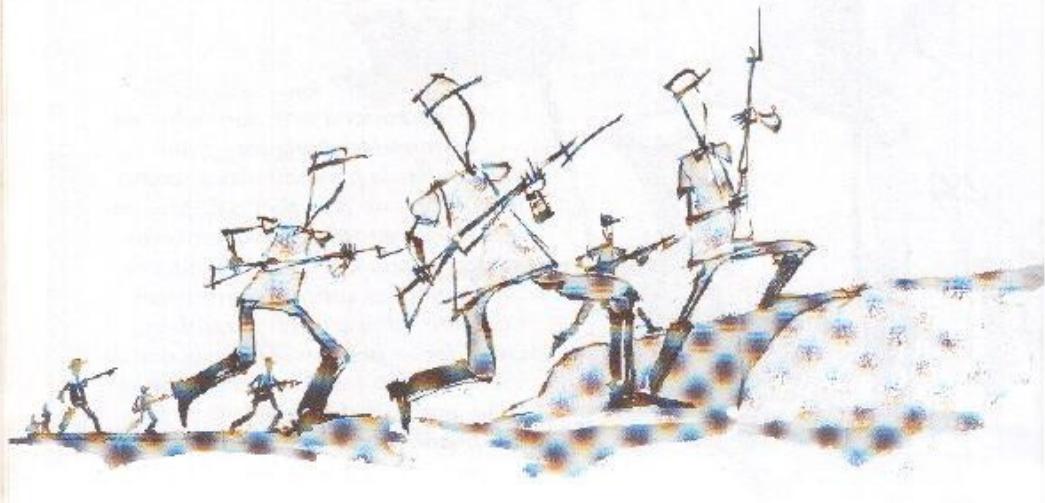
- "É entender a arte não como os historiadores julgam - uma fotografia do passado - mas, como uma forma de perceber a época, os fins, os vencedores e derrotados numa batalha, levando de quebra informações sobre o regime que encomendou a obra. E também, entender as pessoas. História não é ciência, uma versão crua dos fatos não leva à verdade científica. Um fato histórico não é um experimento que se repete em laboratório. Sarajevo, 1914, não é Sarajevo, 1995".

A história não é assim um fenômeno estático, mas dinâmico ou, como diria o saudoso José Honório Rodrigues: "Dens não é dos mortos mas dos vivos, porque para ele todos são vivos. A história também

não é dos mortos mas dos vivos, pois ela é a realidade presente, obrigatória para a consciência, frutífera para a experiência. A vida e a realidade são história, genitivo passado e futuro".

A qualquer observador superficial da nossa realidade: política, social, econômica, literária e artística, poderá parecer estranho que um país com as maiores potencialidades em recursos naturais, povoado por indivíduos portadores da maior capacidade inventiva, com uma literatura jovem, mas possuindo as maiores expressões do nosso tempo, com um parque industrial dos mais desenvolvidos, capacitando o a set a nitava economia do mundo, com grandes conglomerados de empresas, como a estatal Vale do Rio Doce, detentora de lucros prodigiosos, que querem privatizar, a troco de nada, com uma arte e uma arquitetura revolucionárias, situando-se na vanguarda dos novos tempos, não tenha sido capaz até agora de resolver os seus problemas essenciais, com que lidamos há séculos: o problema da educação para todos, da saúde para uma população docente, ainda aquela "vasto hospital" de que falava o médico Miguel Pereira, no começo do século, ou o dos desassistidos: os favelados, os sem terra, os excluídos de toda sorte.

Com uma literatura que já nos deu Manuel Antônio de Almeida, o fundador do romance brasileiro, com o livro monumental **Memórias de um Sargento de Milícias**, com um José de



Alencar, criador da prosa brasileira e da vertente social do nosso romance, com um poeta genial como Gonçalves Dias, o maior cantor das Américas, com um Machado de Assis, uma das maiores revelações do romance de matiz psicológico na literatura ocidental, glória da nossa literatura, o criador incomparável de Capim, de Beira Cubas, de Sofia, de Rubião e de Quincas Borba; ou, modernamente, um Graciliano Ramos, um Jorge Amado e um Guimarães Rosa, ou ainda um Euclides da Cunha, o celebrado autor dos *Sertões*, que considero a bíblia do nosso patriotismo, com a mesma importância para nós que têm *Os Lusíadas* para Portugal ou *Dom Quixote* para a Espanha, um Gilberto Freyre, com *Casa Grande & Senzala*, obra capital da sociologia brasileira, não é admissível, nem de longe, que com tais figuras não tenhamos aprendido a conhecer melhor o nosso país, para podermos resolver os seus problemas fundamentais.

Com pensadores educacionais como Fernando de Azevedo, celebrado autor daquela obra basilar de nosso pensamento - *A Cultura Brasileira*, com Anísio Teixeira, Almeida Júnior e Lourenço Filho, renovadores do nosso pensamento educacional, não teríamos até hoje ensinado à lei à maior parte de nossa população e sejam as nossas elites responsáveis por uma das mais escassas dietas educacionais da face do planeta.

Não é crível que, possuindo uma arquitetura das mais modernas, capaz de empolgar o mundo com as suas estruturas de uma leveza e ao mesmo tempo de uma monumentalidade que tem deslumbrado nosso tempo, revelando figuras da genialidade de um Oscar Niemeyer que, com Brasília, se projetou até os séculos futuros, a exemplo dos criadores das grandes catedrais da Idade Média e das pirâmides, não tenhamos inventado ainda um processo através do qual pudéssemos edificar uma casa para cada família deste nosso imenso país.

Que houve? O que teria dado errado nesse processo de fazimento do Brasil?

Em seu notável ensaio *O Povo Brasileiro*, Darcy Ribeiro, um dos mais lúcidos e corajosos intelectuais de nosso país, depõe, em relação ao



contacto dos nossos primeiros povoadores de origem lusa, com os povos da América aqui existentes à época do descobrimento, ou seja, com seus primeiros contactos com os donos das novas terras recém-descobertas:

"Para os que chegavam o mundo em que entravam era a arena dos seus ganhos, em ouro e glórias. Para os índios que ali estavam, nus nas praias, o mundo era um luxo de se viver. Este foi o efeito do encontro fatal que ali se dera. Ao longo das praias brasileiras de 1500, se defrontaram, pasmos de se verem uns aos outros tais quais eram, a selvageria e a civilização. Suas concepções, não



e garantias sociais, a tentar resolver os impasses de um modelo de sociedade injusta e abusiva?

Quando Constituições como a de 88, a Constituição Cidadã, de Ulisses Guimarães, objetiva torná-los efetivos, passa a ser tida como inviável, pois tornaria o país "ingovernável" e deve ser reformada. Reformada sobretudo na concessão das garantias ao trabalhador assalariado. Lembro-me aqui da observação de um velho professor da nossa Faculdade de Direito, Sávio Alexandrino Nogueira, lucido e diligente em seus bens vividos 87 anos, inteligência e cultura primorosa, das mais notáveis que conheci, numa crítica ácida às nossas instituições, fruto dos valores proclamados: "Código Civil para

os ricos, Código Penal para os pobres".

As restrições que fazemos ao modelo colonizador não importam em desapreço aos elementos básicos que contribuíram para a formação da sociedade brasileira, de que foi o português o vértice do ângulo cultural, como dizíamos. Pois entendemos, como Gilberto Freyre, sohrerudo em seu livro já referido *Casa Grande & Senzala*, que o português, pela sua plasticidade, caídeado que já vinha de outros cruzamentos raciais que se haviam operado na Península, era o único povo capaz de realizar com sucesso esta larga experiência de adaptar uma civilização nos trópicos, empreendimento no qual fracassaram

radionalmente outros povos europeus, inclusive os ingleses, nas Américas.

Mas, isto não importa em esquecermos as distorções que resultariam desse tipo de colonização.

A primeira delas decorreria do ânimo com que aqui se estabeleceram nossos avós. Enquanto os espanhóis, na parte hispânica do continente, aqui se fixaram com o propósito de estabelecer-se de forma definitiva, constituinte cidades e instituições com o caráter de permanência, os portugueses para aqui se dirigiam como se fossem passageiros e visitantes. Eram, assim, extrativistas, preladores de índios para o seu serviço ou de Índias para o intercuso sexual que cedo estabeleceram ou perseguindo aquele eldorado de que falavam as lendas sobre nossas riquezas minerais.

No particular, é típico da mentalidade civilizadora espanhola o gesto de Pizarro mandando queimar os navios logo após o desembarque para evitar qualquer tentação de regresso às terras de origem.

Enquanto os espanhóis construiram cidades atendendo a um planejamento orgânico, os portugueses espalhavam pelo Brasil suas construções com aquele à vontade de que nos fala Gilberto Freyre, em sua obra, de casas subindo morros e seguindo o curso natural de antigos caminhos.

O fato levou o nosso primeiro Governador Geral Thomé de Sousa, em carta a El rei, datada de 1 de junho de 1553, a dizer o seguinte: "Estas duas vilas de São Vicente e Santos não estão cercadas de tal maneira espalhadas que se não podem cercar senão com muito trabalho e perda das moradoras porque non casas de pedra e cal e grandes quintas e tudo feito em desordem por onde lhe não veio melhor telha que em cada uma delas que fazer-se no melhor sítio que puder e mais convinhável para sua defensão cada uma seu castelo e desse maneira ficarão bem segundo a qualidade da terra e tudo deve-se logo prover visto que com razão deve fazer porque doutra maneira estão mal" (Atualizou-se o português quinhentista - nota do autor).

Nos domínios da educação superior, nada

realizaram os portugueses no período da Colônia, antes da vinda de D. João VI, já no inicio do século XIX, ao instituir uma escola Médico-Cirúrgica e uma Academia Militar.

Enquanto isso, os espanhóis, logo no inicio da colonização, instituíam em Lima, em 1553, a Universidade de São Marcos, vinte anos após a chegada de Pizarro ao Peru, seguindo-se, no mesmo decénio, as do México e de São Domingos. Em fins do século XVII já possuía o Peru um outro estabelecimento de ensino superior, a Universidade de Cuzco, no interior do país.

Esse procedimento resultou no fato de ficarmos, durante mais de três séculos, "arranhando a praia como caranguejos", na expressão pitoresca de Frei Vicente do Salvador, ilustrada, como é bem de ver, a aventura do bandeirismo paulista que, alargando nossas fronteiras para além do marco de Tordesilhas, legou-nos este país continente, e constitui capítulo à parte de nossa história colonial.

Alguns historiadores da cultura brasileira, como Fernando de Azevedo, de modo especial no largo estudo a que já nos referimos de inicio e que constitui verdadeira encyclopédia do fenômeno cultural brasileiro e é, por assim dizer, o mais completo inventário das mais diversas manifestações culturais do nosso povo, a ele se dedicou ao longo de sua vida de pensador de nossa educação e de nossa cultura.

Euclides da Cunha, com **Os Sertões**, que deveria ser como sempre temos salientado, o livro de cabeca de todo brasileiro que se preze, já havia fixado o problema, de forma emblemática, ao descrever a epopéia da resistência de uma população marginalizada e afinal vencida pelas forças da ordem, na tentativa de impor se uma "ordem" equívoca de valores proclamados a uma realidade inteiramente destoante daquele modelo civilizatório.

Na mesma linha de preocupações se afirmariam historiadores e sociólogos de vanguarda, como Alberto Torres, Manoel Bomfim, cujo livro fundamental **A América Latina - Maiores de**

Origem vem agora de ser reeditado, Nuno Rodrigues, Azevedo Amaral, Oliveira Viana, Gilberto Amado e finalmente, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, que revolucionaram a história e a sociologia contemporâneas ao interpretar criticamente a multifacetada realidade de nosso país.

Todos eles puderam em seus estudos visualizar claramente aquela dicotomia entre um código bem elaborado de princípios ou aportes civilizatórios e uma realidade social que absolutamente jamais pôde absorver os em sua integralidade, gerando, assim, este constante descompasso em nossa formação social e, consequentemente, em nosso modelo político.

Nos a nossa formação, resultante dos aportes culturais para cá trazidos pelos colonizadores portugueses, tem assumido, ao longo da gestação dos nossos costumes, dois aspectos dicotómicos: o de valores proclamados e dos valores reais de nossa realidade. Dali aquela anedota que vivemos a repetir inúmeras vezes de legislação social: a das leis que pegam e as que não pegam.

Em toda parte do mundo, as leis são institutos que devem ser cumpridos. Entre nós, nem sempre. Tanto não haja um país do mundo de leis as mais perfeitas e inumeráveis. Só que a maioria delas não são cumpridas. Dali os privilégios inconcebíveis, a desigualdade social, numa sociedade em que existem os que vivem sob o guante das leis e os que a elas não se submetem, os intocáveis, verdadeiras castas de privilegiados, a afrontar os que têm fonte e sede de justiça. Estes, que constituem infima e bem razoável minoria, vivem a sua vida, ao arrepio das obrigações que são comuns aos demais cidadãos, submetendo os mais pobres. Não observam as leis, não pagam impostos, porque nada os atinge, como se não fossem cidadãos de uma mesma nação, com direitos e obrigações iguais.

Veja-se o disparate e a injustiça do imposto de renda. Não existe um país no mundo em que haja sonegadores, que não constituem centenas, mas milhares que não cumprem suas obrigações com o fisco.

Nos Estados Unidos da América do Norte, país

que sempre quisemos, sobretudo os nossos elites dirigentes, invocar como modelo e fonte de inspiração para a solução de nossas mazelas, toda essa gente ilustre estaria na cadeia, sem prisão especial e sem quaisquer mordomias.

A nossa Constituição é exemplo dessa dicotomia entre intenção e realidade. Em seu artigo 227, por exemplo, preceitua, textualmente:

"É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligéncia, discriminacão, exploração, crueldade e opressão".

Do parágrafo 1º ao 7º do mencionado artigo, em que também é contemplada a situação do menor deficiente físico, são estabelecidas formas e mecanismos de efervação dos direitos assegurados no caput do artigo.

Como reverso da medilha, o que vemos na prática são situações como a ocorrida no mês passado, em que policiais militares, que deveriam por lei proteger a vida e a integridade das pessoas, amando do governo do Pará, promoverem e executarem a ominosa chacina de Carajás, estorrecendo o país e o mundo.

É este o triste país em que vivemos e em relação ao qual, às vezes somos tentados a designá-lo da forma com que o velho Fca distingue o Portugal oitocentista e atrasado, ao chamá-lo "esta aberração de país".

O quadro da nossa formação social está aí. Mas é necessário aprofundá-lo um pouco mais.

Proclamada a Independência, rivemos uma Constituição outorgada por D. Pedro I, em 1824, face à dissolução da Assembleia Constituinte, instalada logo em seguida à proclamação, que, com o Ato Adicional de 1834, teve vigência até a proclamação da República, em 1889, e a elaboração da Constituição de 1891, vigente, com a revisão de 1926, até a Revolução de 30. Esta, procurou estabelecer nova legislação mais em consonância

com a realidade social do país, de modo especial consagrando institutos mais modernos na Constituição de 1934, de pouca duração, com o advento do Estado Novo e nova Constituição, de caráter autoritário, em 1937.

O que se verificou durante o longo período da vigência da Constituição do Império é que ela consagrava princípios que longe estavam de traduzir a realidade de um país de formação dicotómica como o nosso, constituído, sobretudo, por uma minoria letrada e "bovarista", na sibila observação de Lúcia Miguel Peixoto, e por uma massa enorme de escravos, indivíduos considerados ainda como coisas em nosso direito costumeiro. Tínhamos uma corte de fancaria e, como fachada de regime representativo, um parlamento constituído, à maneira dos ingleses, de um partido liberal e outro conservador, que se alternavam no poder, para fazer as mesmas coisas, de acordo com a vontade incontrastável do Rei D. Pedro II. Os grandes problemas sociais do país estavam completamente esquecidos ou eram considerados simplesmente, como ocorreu, aliás, até 1930, uma questão de polícia. A escravidão durou tanto tempo que tornou o último país do mundo a abolí-la. Isto ocorreu, como sabemos, há pouco mais de um século. Ouvi ainda de meu velho professor do curso primário, João de Siqueira Paes, bisneto do Visconde de Sinimbu, um dos pró-homens do Império, homem ilustrado e não sei por que razão teria dado com os costados em Regeneração, dele ouvi ainda a narração de fatos da escravidão, como se fora história de ontem.

Já no período republicano tivemos a lenta gestação do Código Civil, que começou no final do século passado, tendo concluída sua elaboração em 1917, para ser adotado com vários institutos já ultrapassados, mas, a despeito disso, até hoje, ainda vigente, após duas guerras mundiais, inúmeras revoluções e uma revolução tecnológica que modificou por completo a face do planeta, os aros e a própria conduta humana em nosso século.

A revolução de 30 mudou substancialmente a fisionomia social do país. Sua cultura, sua literatura,

as artes em geral, sua economia, com o início do processo de industrialização, substituindo uma sociedade agrário-pastoril, foram outros. Surgiu uma nova mentalidade empresarial substituindo-se os coronéis "de barão e curral" pelos capitães da indústria. Novos processos sociais foram mobilizados. Criou-se, com a nova ordem social, uma avançada legislação trabalhista, inspirada nos ideais de Lindolfo Collor, nosso primeiro ministro do Trabalho. O país, entretanto, o grosso da população rural, o norte e o nordeste sobretudo, continuou o mesmo: analfabeto, desassistido, pobre e miserável, ausente dos benefícios da cidadania plena.

Que fazer, meus senhores, como avançar da senda do progresso, melhorando a sorte de nossa população? Realizar a reforma da Constituição como querem os homens de empresa, os ruralistas, ou seja, os senhores feudais do latiféndio, donos dos bancos oficiais, onde não pagam o que devem e detêm no Parlamento nacional mais de 100 votos que funcionam como massa de manobra de seus interesses? Entregar a preço de banana o patrimônio nacional, a Vale do Rio Doce, com lucro líquido de milhões e milhões de dólares? Entregar esse rico patrimônio, a troco de "moedas podres" como quer, pasmem os senhores, um ministro do Supremo Tribunal Federal, ao capital sem pátria, à onda de globalização da economia, para ficarmos sucateados (desculpem a expressão anti-académica), como o México, como a Argentina, com a população morrendo de fome, lá, comendo churrasco de gato, aqui, de calango ou catando lixo nas periferias das grandes cidades?

Martim Francisco, um dos pró-homens do 1º Império, irmão do Patriarca da nossa Independência, já dizia:

"Estou e sempre estive convencido de que a teoria dos empréstimos era um abismo... O empréstimo contraído por qualquer Estado é sempre um sintoma de prodigalidade de seu governo, ou a morte desse espírito de ordem e de economia, primeiras bases de toda organização financeira... Os empréstimos concorrem a excitar

a cobiça dos cidadãos e amortece em seus corações o sentimento desinteressado de amor à pátria. As chamadas despesas extraordinárias são pérolas douradas, engolidas por povos boçais". "Assim foi, acrescenta Darcy Ribeiro, em livro recente, com Felisberto Caldeira Brant, primeiro negociador de nossa dívida, que cobiçou Enriqueceu. Assim foi com o último, Tony Gebran, que acabou preso, como ladrão, numa cadeia norte-americana". (Cf. *O Brasil Como Problema*, Francisco Alves, Rio, 1995, p.66).

O panorama econômico e social de nosso país hoje é o de uma nação destruída, em seus fundamentos. A utopia dos pais fundadores, do Império e da República, parece ter ido por terra. O sonho de Rui, Nabuco, Glicério, Quintino Bocaiúva, Benjamin Constant, Prudente de Moraes, parece estar vulnerado por um sistemático processo de destruição. É como se emergissemos de uma guerra.

"Nos trinta anos dessa economia neoliberal, depõe ainda Darcy Ribeiro, todas as categorias profissionais se proletarizaram - os médicos, os militares, os professores são exemplos de queda do poder de compra de seus salários de três para um. Deteriorou-se toda a máquina administrativa do Estado. Isso é o que se vê em nossa medicina pública que não socorre nem cura; em nosso sistema escolar que não ensina; em nossa rede viária arrancada e inviável; em nossa prodigiosa agricultura de exportação, incapaz de proporcionar fatura alimentar; na previdência social corrompida que não funciona". (Cf. ob. cit., p. 84).

A nação está exaurida. Não tem recursos sequer para pagar condignamente os seus servidores, embora o governo atual arranque dos cofres públicos ou seja, do suor e do sangue do povo, bilhões e bilhões para socorrer banqueiros falidos e encobrir as suas falcatruas que desmoralizam nossa justiça e envergonham o governo da República.

A federação está destruída. Não há como recomporla, com os instrumentos débeis e inadequados de que dispomos. São Paulo, que é São Paulo e representa metade da renda nacional,

também estende o pires à caridade pública, ou seja também implora os recursos de um Tesouro exaurido.

De quem é a culpa?

O historiador português Oliveira Martins, autor do *Portugal Contemporâneo*, já dizia no seu tempo "que se as nossas instituições são más, os homens que as têm executado ainda as têm tornado piores". Tão Brasil!, digamos como no poema famoso de Cassiano Ricardo.

A panacéia da atual administração "neoliberalóide" é a privatização "tout court". A paranoia chega ao cúmulo de o próprio presidente do BNDES, responsável pelo órgão gestor da privatização do patrimônio da sociedade brasileira, em exposição na Câmara dos Deputados, fazer afirmações enganosas sobre a Vale do Rio Doce, ao comparar desvantajosamente seus índices operacionais com o que diz ser o de suas concorrentes, a inglesa RTZ e as australianas BHP e CRA, numa atitude impatriótica que raja pelo cinismo.

Emil Sader, professor da Universidade de São Paulo, em recente artigo para o *Jornal do Brasil*, citando o filósofo italiano Norberto Bobbio, afirma que este, ao diferenciar o liberalismo da democracia, introduz o espaço público como elemento de separação. "Entre o estatal e o privado, acrescenta, se situa o público, privilegiado pelas diferentes formas de articulação da sociedade civil organizada como sujeito cívico-militar. O privado, diz ele, é o espaço do mercado, dos interesses econômicos que, em economias precocemente monopolizadas como as nostas, representam os interesses das grandes capitais que aparam o poder de decisão, em nome de um suposto 'jogo livre de mercado'". (Cf. "Estatal, Privado e Público", JB, 27.05.1996, p.9).

Voltamos ainda, mais uma vez, ao cético Darcy Ribeiro:

"Países há de economia débil e precária, que não podem senão entregar-se à dependência frente aos capitalistas transnacionais, tornando os tecnocratas neoliberais como seus mentores. Este não é o caso do Brasil. Somos herdeiros de uma

província vasta e privilegiada, onde se multiplicou um povo átrio, sedento de progresso e de prosperidade. Temos tudo o que se pode pedir para nos fazermos uma das mais prósperas nações da Terra. Jamais o alcançaremos porém pela entrega do comando superior da nossa economia a gestores social e nacionalmente irresponsáveis".

"O que nos tem impedido de realizar as potencialidades do Brasil, conclui aquele pensador, não é a falta de recursos naturais, nem são deficiências do povo brasileiro. O que é ruim em nós, e o tem sido secularmente, são nossas élites infecundas e intérices". (C.L. o/a, cit. p. 84).

Em palestra feita há algum tempo atrás, em um de nossos clubes de serviço, sobre a realidade brasileira, no clima de otimismo e esperanças que precedeu a posse dos novos governantes eleitos no último pleito, mencionei a urgência de um novo pacto social como proposta para debate, através do qual pudesse ser reconstruída em novas bases e com a colaboração de todos os partidos, o projeto Brasil. Tratar-se-ia de incorporar aos benefícios da civilização e da cultura, vale dizer, ao gozo da cidadania plena, às massas trabalhadoras, desamparadas e desassistidas, num país detentor das maiores possibilidades, mas que vem sendo usado apenas em benefício de uma minoria de privilegiados. Com isto alterar-se-ia em consequência a própria composição do Parlamento Nacional que hoje é dominado pelos representantes do que há de pior em nosso país em matéria de atraso, quais sejam, os ruralistas, os tesas de ferro de empregiteiras, ou seja, aquilo que constitui o que há de mais inauténtico, em termos de representação política. Portanto para Bobbio, segundo ainda a lição do autor citado, depois que o direito do voto se estendeu a todos, o de que se trata agora é fazer chegar esse direito a todos os rincões da sociedade.

"Dessa forma, acrescenta, se irá constituindo um processo de socialização do poder, de apropriação da capacidade de decisão democrática por parte da cidadania organizada, construindo uma democracia que estende suas raízes por todo o corpo social". (C.L. op. cit.).

Temos tido ao longo de nossa história mentalidades progressistas e esclarecidas, detentoras de visão prospectiva que vez por outra têm procurado equacionar com sabedoria, nossos mais graves problemas. Figura emblemática dessa mentalidade é a do velho Barbosa Lima Sobrinho que, quase centenário, mas ainda lúcido e ativo, não esmorece na defesa intransigente dos sagrados interesses de nossa pátria. Ouçamos os seus apelos como a voz clamando no deserto para realizar este compromisso do hoje com "os amanhãs que cantam".

Volto assim a insistir aqui e agora na mesma proposta e o faço agora perante esta dourada Academia que é a instância maior do pensamento e da cultura em nosso Estado. Estou seguro de que, com pessoas bem intencionadas, mesmo nessa apagada e vil tristeza cui que se converreu a vida pública nacional e em que a política hoje se transformou em um negócio lucrativo como noutro qualquer, ainda nos restam reservas de energia e de entusiasmo para edificar o melhor possível este grande país, essa pátria idolatrada que nos legaram nossos maiores e esperemos preservar forte, livre e desenciososa para a alegria de nossos filhos e o conforto de nossos netos.

Sejamos dignos dela.

Presidente do Conselho Gradual de Cultura,  
Professor Titular da Universidade Federal do Piauí  
Membro da Academia Piauiense de Letras.

# O RICO UNIVERSO DOS CELTAS

**É** curioso observar, como um universo tão pequeno, foi, paradoxalmente, tão rico, porque possuidor de uma cultura que sobreviveu ao poderio do Império Romano, manteve a sua identidade, convivendo com os costumes romanos e os ritos cristãos por três séculos e meio. Conviveu com as invasões Saxônicas, no século V, A.D., invasões das tribos Germânicas, atravessou barreiras culturais e lingüísticas, mas sobreviveu.

*Sarah M. Mourão Benício\**

Alguns dos nossos costumes, lendas, crenças e tradições vieram através dos Celtas. Seu "habitar" primitivo está, sem dúvida, situado ao Sudoeste da Alemanha, entre o Reno e o Danúbio. A primeira invasão céltica atingiu as Ilhas Britânicas (Idade do Bronze) e em seguida a Gália Central.

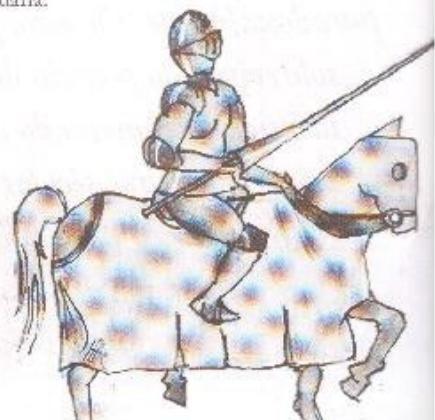
É curioso observar, como um universo tão pequeno, foi, paradoxalmente, tão rico, porque possuidor de uma cultura que sobreviveu ao poderio do Império Romano, manteve a sua identidade, convivendo com os costumes romanos e os ritos cristãos por três séculos e meio. Conviveu com as invasões Saxônicas, no século V, A.D., invasões das tribos Germânicas, atravessou barreiras culturais e linguísticas, mas sobreviveu.

O Carnaval, por exemplo, é associado aos festivais célicos orgiáticos dos finais de colheita no Crescente Pérül. A celebração de "Pinados", remanescente dos cultos Druidas da era Pré-Cristã, remete às festas do "Halloween", quando os celtas festejavam seus dois grandes deuses: o deus Sol, (representando a Vida) e o deus "Samhain", (representando a morte). Essa festa grandiosa se dava a Primeiro de Novembro, dia em que se celebrava o Ano Novo no calendário céltico. Mais tarde, o ritual dos Mortos foi gradualmente incorporado aos ritos cristãos, trazendo a celebração para o dia Dois de Novembro, que a partir do século XI, A.D., tornou-se especificamente, o "All Souls' day". No universo celta, mítico e místico por excelência, o Deus maior é feminino, é a "Grande Mãe", força geratriz, que tudo quer e tudo pode. Eis porque os sacerdotes e sacerdotisas célicos ou "Druidas", cultuavam tanto a deusa "L'arthá" (Terra).

Mais tarde as "Festas do Divino", nas celebrações de Pentecostes, vieram se incorporar a outras culturas.



Era quando se faziam as "justas", os torneios entre Cavaleiros. O Rei era escolhido nas festas de Pentecostes, numa mistura de ritos pagãos e ritos cristãos. A fácil retirada da espada mágica "Excalibur" da pedra sagrada, é o sinal divino da escolha do Rei Arthur. A sagrada de Arthur, o novo Rei, é celebrada com todo o fausto das ~~celebrações cristãs medievais~~ pelo Arcebispo de Cantuária.



O Rei Arthur, metade história, metade lenda, foi provavelmente um "Celtic Chieftain", um líder de linhagem céltica pura, filho do Rei Uther Pendragon e da Princesa e sacerdotisa Igraine. Ao nascer, foi educado por Merlin, um bruxo, na arte da magia. A Távola Redonda veio mais tarde da França unindo reinos, presente do pai de Guinevere a Arthur. A ética Cavalaria era fielmente exercitada. O Rei Arthur era possuidor de reconhecida coragem, sabedoria e lealdade, qualidades cultivadas pelos grupos tribais. Possuindo 150 lugares e em sendo redonda, a Távola reunia todos os nobres Cavaleiros, seguidores do Rei Arthur, numa harmonia de ideais, de justiça, de fé, numa "chain of loyalty". Observe-se que é a partir da infidelidade de Guinevere que começa o declínio dos tempos de glória da Corte. Na cultura medieval, toda mulher configura potencialmente uma "bruxa", que voa em cavalos alados, que usa o seu "charm"(encanto), o espelho, os filtros e as poções mágicas para seduzir o homem. Os Cavaleiros desgostosos com a decadência de "Camelot", vão se retirando pouco a pouco. Por fim, o Rei Arthur é assassinado por Mordred, seu filho incestuoso, gerado nos rituais orgiáticos da colheita com a Fada Morgana, sua irmã, disfarçada numa máscara voriva.

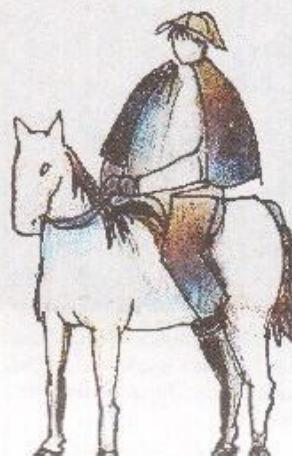
Na personalidade do Rei Arthur se encontram todos os "nós" do homem contemporâneo: o sentido do poder, do sagrado, do amor, do demoníaco, do inusitado. Há críticos que ousam dizer que sem o Rei Arthur, não haveria o universo literário de Shakespeare. Há versões em todas as línguas, entretanto, a mais conhecida é a de Sir Thomas Malory, "Death of Arthur". Centrada no personagem, a narrativa Cavalaria é episódica. Há reduplicações de personagens e de feitos em várias literaturas.

Num Romantismo tardio, em plena

Inglaterra Vitoriana e Industrial, Alfred Lord Tennyson canta em toda a beleza dos seus versos, "The Lady of Shalott", os encantos, o mistério, a magia, o colorido, o movimento febril, a "feerie", o sonho de "Camelot". Mas, "Camelot" vive! É o reino mágico que existe dentro de cada um de nós, na eterna fantasia do homem, na busca do seu lado místico, do seu "Graal". O termo "camelot" continua cada vez mais presente nos nossos dias, e traz ainda no seu bojo o mundo mágico, ilusório e colorido da economia informal das nossas cidades e ruas, no movimento festivo do povo que vai e vem em busca da fantasia e do sonho.

Ariano Suassuna, no Romance Armorial Popular D'A Pedra do Reino e Do Príncipe da Vai-e-Volta, mostra que os feitos de Lampião e seus pares, em busca da justiça e na "arte de florestar", são uma reduplicação Nordestina do Rei Arthur e seus Cavaleiros, de Carlos Magno e os 12 Pares da França. Diz Mário Martins que, na verdade, o Sertão para Suassuna é o reino dos "trovadores de chapéu de couro". Não admira, pois, que eles venham del Rei D. Dinis, através de uma genealogia digna e baseada em certos romances arturianos. O "Romance da Demanda do Sangral" principiava assim:

"São cento e cinquenta homens  
á procura do Sangral,  
Rubi Vermelho de Sangue,



*Na esmeralda do Grial.*

*... Todos vibrarão o Santo Cálice,*

*Mas só um o reverá*

*É o nosso Príncipe Sagrado;*

*Seu nome quesa saberá?*

*É Sinésio, é Galarráz?*

*Sebastião? Persirál?*"

"Vinte anos e um dia andou o príncipe na caatinga, montado no cavalo branco Tremedal. E um dia foi atacado junto à Ribeira do Estalará. Venceu o Príncipe, mas ficou enebriado no sangue do morto até que se libertou na Pedra da Sorte e viu o Grial. Desde então, ninguém mais falou na demanda. Dizem uns que o Príncipe e a Sombra se uniram na Furna do Reino Estranho. Um sacerdor, porém, jura que um anjo os levou, enquanto os atos dos Arcanjos cobriam a sagrada do casal. Nenhum verídico segura! Só uma:

"O certo é que se encantaram,

*na Terra da Alumiar.*

*Cavalos e Caradeiros,*

*que buscavam o Sangral,*

*é o Príncipe Ardentíssimo do Sol*

*e a Dama e Garça do Mar.*

*fp 596-598"*

Isto é a Demanda do Santo Graal pura, traduzida em sebastianismo sertanejo.

Mas o homem atual continua na busca ancestral dos seus Heróis, dos seus Mitos, na busca do fantástico, do inusitado que se configura talvez nos heróis eletrônicos, no "He-Man", na "Shilha" e outros, que, nos seus cavalos aliados, com os seus poderes mágicos, a sua espada invencível, são herdeiros da força, do encanto e do poder que o homem sempre desejou possuir. Alimentando ilusões, rebuscando os seus Mitos, os valores perdidos. O Homem não pode viver

(Palavra proferida na abertura do Círculo de conferências da Academia Piauiense de Letras, em junho de 1996).

\* Professora de Língua e Literatura Angló-Latina - UFG  
Membro da Academia de Letras do Vale do Longá

Pedra do destino, local de disputa dos milagres de São Patrício com os Druidas. Dizia-se que a Pedra chorava quando nela se sentava um Rei

Abadia de Glastonbury onde os túmulos de Arthur e Guinevere foram encontrados por volta de 1190, sob uma inscrição de pedra que identificava Glastonbury como sendo Avalon.



## BIBLIOGRAFIA

- 1) Rolleston, A. W. *The Illustrated Guide to Celtic Mythology* (Original Title), Studio Editions - 1993 - Singapore.
- 2) Jovanovich, Spear Harcourt Brace. *Adventures in English Literature*, New York, Chicago, London, pp. 289-302. Copyright, 1963.
- 3) Bradley, Marion Zimmer. *The Mists of Avalon*. Del Rei Book, New York.
- 4) West, D.K. Michael Swan-Longman. *King Arthur and The Knights of the Round Table*.
- 5) Encyclopaedia Britannica - Encyclopaedia Americana.
- 6) Suassuna, Ariane. *Romance da Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Volta*. Segunda Edição Romântica. Arriaria Popular Brasileiro - Livraria José Olympio Editora.
- 7) Johnson, Robert A. He - Mercury.
- 8) Riedinger, Edward Anthony. *A Brief View of English Literature*, C.C.A.A.
- 9) Thornley, G.C. *An Outline of English Literature*, Longman Group Limited - London.
- 10) Notas de Sala da Autora.



Elmo com Corvos. Este foi encontrado no Támasa. Destinavam-se intimidar e proteger os guerreiros Celtas.

(British Museum)

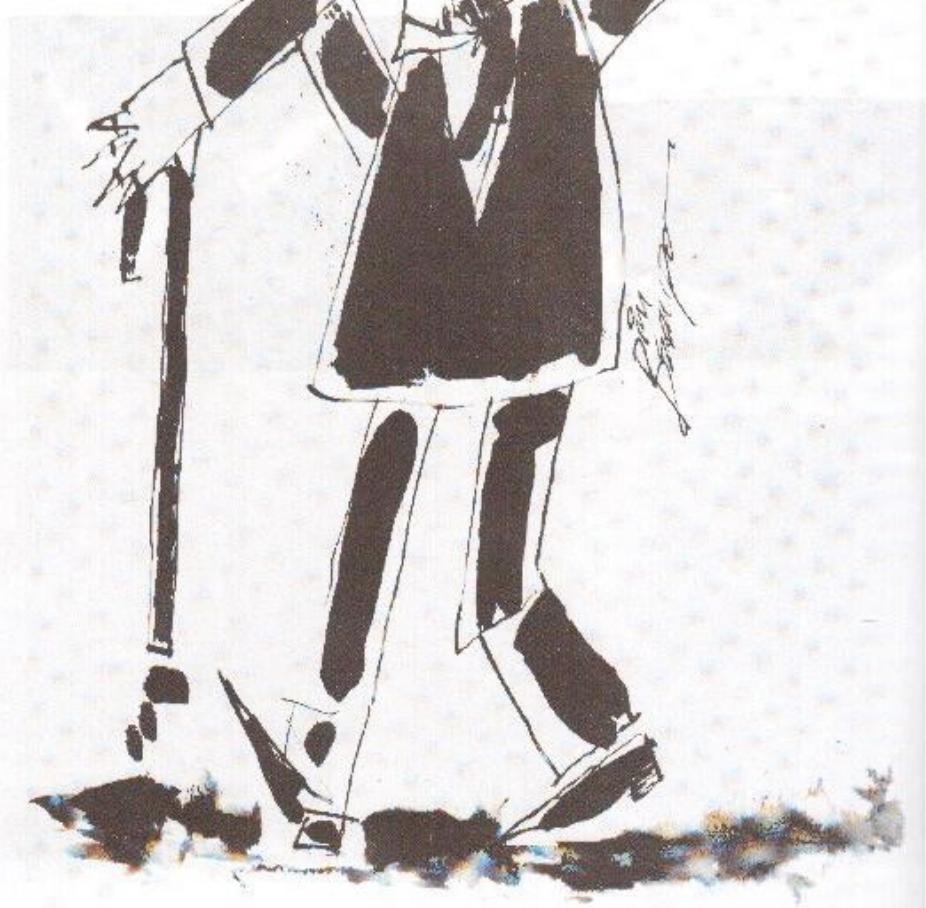
Cálice de prata "Ardagh". 18. Decorado com folhas coloridas e fios de ouro, pedras preciosas.  
Muito belíssimo dos cerimoniais originais.

London -04/06/94

Em recente viagem à Inglaterra, com meu marido e meu filho, fomos por duas vezes em Londres ao "British Museum". A primeira, para ver o que restava nas outras culturas... A segunda, só para ver de perto o acervo da Cultura Celta, dedicando para os Nazaréus e as tribos Germânicas, os últimos artesãos, os Celos. As "Támasas", calanas em forma de bico, usados por Igraine e outras sacerdotisas nos rituais do Crescente Fértil, fascinaram-me. Os vasos sagrados, os círculos de celebrações com desenhos e inscrições, cristais brutos, mudas uns rituais, misteriosos outros, nos recordaram a magia na sua simbologia. Todo o primitivismo desse povo nos remete a um tempo distante, mas de raízes de onde emergem outras culturas, onde o sagrado e o profano se misturam numa força que expõe bem como as crenças chegaram até nós.

• Diga-me o que achou

# UMA LEITURA FREYRIANA DE EÇA DE QUEIROZ



**A**presentando-me aos meios intelectuais de Lisboa, quando do recente lançamento, em Portugal, de *A Cidadela do Espírito*, elevou-me o senhor Embaixador Dário de Castro Alves (que honrosamente presente), à gratificante condição de representante do Recife, capital que enfatizou - "passa por ser a cidade mais queiroziana do Brasil". Agradável coincidência que nos reúna hoje, três meses depois, justamente no Recife, a Fundação Joaquim Nabuco. Primeiro, porque confirma a assertiva do Senhor Embaixador quanto à vocação ecaiana de nossa terra. Depois, pela generosidade do convite do Presidente Fernando Freyre ao piauiense recifensisado que sou para representar, de algum modo e nos limites de minha condição, não a cidade polo cultural dos mais vivos e dinâmicos do país - mas o Recife queiroziano de José Maria Belo e de Álvaro Lins, de Nilo Pereira e de Andrade Lima Filho; de Luiz Delgado e de Manuel Bandeira, de José Lins do Rego e de Olívio Monteiro Negro; o Recife queiroziano de Paulo Cavalcanti e de Gilberto Freyre.

De Paulo Cavalcanti, de sua lembrança querida, de seu amor e dedicação a Eça de Queiroz, falou-nos, com sensibilidade, o sociólogo consagrado e amigo, em Eça e em Paulo, que é Luiz Arraes.

De Eça e do Recife, de Eça no Recife, há a considerar, historicamente, desde *Retrato de Eça de Queiroz e História Literária de Eça de Queiroz*, aspectos vários e amplos desconhecidos já em 1945, pelo Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura da Cidade, enfeixando em volume os ensaios vencedores do concurso comemorativo do centenário, bem como reproduzindo as gravuras premiadas. Lá estão, em raridade bibliográfica, Maurilio Bruno, Tomás Seixas, Fernando de Oliveira Mota e Paulo Cavalcanti e os artistas Anna Bloch de Matos Sequeira, Carlos Esteveão de Souza e Jerônimo Santiago Souto. Depois, não muito tempo depois, veio o consagrador *Eça de Queiroz, agitador no Brasil*, enfocando e dissecando os pródromos teatrais do descobrimento d'As Farpas por Pernambuco e da descoberta de Eça de Queiroz pelos brasileiros. Uma sequência de nomes expressivos como os de Pelópidas Silveira, Orlando Parahy, Paulo do Couto Malta, Arnoldo Jambó, Marly Mota, José Quidute, Fernando da Cruz Gouvêa, Gladstone Vieira Belo, Edmír Domingues, Silvio Pessoa, José Rodrigues de Paiva e Luiz Arraes e ações culturais concretas como a que vivemos agora,

garantem a cada, neste 1995, a celebração do sesquicentenário do "pai de [grande] literatura da Perna de Virgem" com a força intelectual dos tempos primeiros.

Há qualquer coisa de popular na maneira como os fatos se sucederam. Há muito de telúrico no modo pouco convencional com que se embasa a empatia leitores-escritor e escritor-leitores, processo de que não se pode nem deve afastar a simpatia pernambucana pelos revolucionários de sempre, quando se sabe ter sido o Eça de Queiroz d'As Farpas e dos primeiros romances, o grande revolucionário da palavra e pela palavra, do Portugal de seu tempo. Processo de que se não há de omitir a recondita e inconsciente ancestralidade adorada do escritor, embalado em seus sonhos primeiros, na casa modesta da Rua da Costa, na Vila do Conde, pelos cantos de ninar da pernambucana Ana Joaquina Leal de Barros. Simpatia de verdadeira reciprocidade a nossa, pois que o Recife de Pernambuco gravou-se-lhe de tal modo na memória afetiva, que ante a expectativa de nomeação para o Consulado da Bahia, o que lhe veio à lembrança foram "aspectos queirozianos" que não podendo ser de Salvador, eram da única paisagem urbana brasileira que lhe fora familiar à infância e demorava-lhe ao sentimento de escritor e de diplomata. Isto, com efeito é, de maneira inequívoca, consolidada a posição de precedência e de permanência do Recife como espaço privilegiado do culto intelectual a Eça de Queiroz. Sem esquecer, escrevi em *A Cidadela do Espírito*, que já em 1942, Gilberto Freyre - em uma das muitas antecipações que lhe marcariam a vida de sociólogo e de historiador social, dos maiores, não só de seu tempo - escreveu prefácio dos mais lúcidos à seleção que organizou de *As Farpas*.

Não há como adiar, no âmbito da discussão acadêmica, nem oportunidade melhor se nos apresenta que o sesquicentenário de Eça de Queiroz, para uma primeira abordagem das relações intelectuais entre o grande romancista português e o mestre da História Social brasileira, idealizador e segundo patrono desta Casa, que não por acaso, nos recebe em festa queiroziana de homenagem ao criador do *Padre Amaro* e ao resgatador atual de consideráveis aspectos sociais da obra de Eça que é o Embaixador Dário de Castro Alves. O evento, em ourra das antecipações que a Fundação Joaquim Nabuco herdou da vocação freyriana pelo pioneirismo de idéias e de iniciativas, enseja-nos releitura de Eça de Queiroz com base na leitura sociológica

ou até sócio-antropológica pionieramente empreendida por Gilberto Freyre no já referido prefácio de 1942, revisto e publicado, depois, em **Alhos & Bugalhos** e em seu artigo de 1945, para o **Livro do Centenário**, organizado por Lúcia Miguel Pereira e Câmara Reis. Leitura, de algum modo, antecipada, ainda, em 1933, nas páginas consagradas e consagradoras de **Casa Grande & Senzala**. Ligações que, aliás, podem remontar mesmo ao movimento regionalista de Gilberto Freyre, ao próprio modernismo brasileiro, no que ambos, esses momentos intelectuais, tiveram de apego ao tradicionalismo enquanto raiz cultural. Refrindo-se aos autores de **As Farpas e d'O Mistério da Estrada de Sintra**, Gilberto que percorrerá, como revolucionário da palavra, os caminhos dous dois (depois, mais de Eça), reconhece que “nem Ramalho nem Eça perdoaram, de todo, sob o encanto dos valores novos europeus do norte e ultramarinos o apego à tradição portuguesa. Ao contrário: esse apego foi-se agravando neles à medida que a experiência foi enfraquecendo o encanto da mocidade pelo exótico”. Aqui também cabe a aproximação interpretativa, pesando para Gilberto Freyre, como valores perfeitamente admissíveis à nossa condição civilizatória de “*povo novo*” - na posterior abordagem também revolucionária de Darcy Ribeiro - os encantos não só europeus, como africanos e americanos do norte. Mas, concluirá Gilberto referindo-se a Eça e nós estender-nos ao raciocínio do organizador do Congresso Regionalista: “Já estava realizada sua obra revolucionária ou antes renovadora”. Obra renovadora de Eça, como de Gilberto Freyre, em Portugal, como no Brasil de suas épocas respectivas, tão castiamente fechados em seu autofagismo cultural. Obra renovadora de “desempistar não só o idioma português como a própria cultura] que vale, aqui, para Gilberto] do excesso não sei se diga de estratificações telúricas que são aquelas invasões da Igreja do Sena e aqueles salticos salvadores do Mar do Norte e do Atlântico[seu tempo universitário de Colômbia, para o revolucionário do Recife], ninguém sabe donde chegariam como exagero de solidificações de detritos sobre os já quase parados e esterilizados valores nativos”. Estagnação que, irremediavelmente, comprometeu Antônio de Castilho, Pinheiro Chagas, Bulhão Pato, Camilo Castelo Branco e Alexandre Herculano. A estes, faltara, com efeito, o que sobrou em Eça de Queiroz e sobraria a Gilberto Freyre: o espírito de aventura da mocidade que, aos dois, permitiu, com a “dissolução de personalidades, a dissolução também, de valores tradicionais”. Valores estes, os da tradição que, em ambos, acarriaram

vitoriosos sobre o universalismo europeu de Eça e americano-europeu de Gilberto, mas somente - admite este com relação ao romancista - após aquela saudável experiência que viveram, em seu tempo e a seu modo, de questionamento dos limites telúricos da província. O próprio Eça reconhecerá, implicitamente, a importância de tal contribuição, ao escrever (carta de 14 de dezembro de 1884), ao editor de **O Mistério da Estrada de Sintra** que, “para ser ponderado, correto e imóvel, há tempo de sobra na telúris”. Também a Ramalho Ortigão não faltou consciência da participação culturalmente revolucionária, de ambos, na vida de seu país. Emocionado, ele o confessou, na Itália, ao saber da prematura morte de Eça: “Vô para Portugal comigo o episódio da minha mocidade, agora sou um velho”.

A visão de mundo amadureceu em Eça e em Gilberto a concepção - e agora recorro à interpretação daquele pelo escritor brasileiro - ecológica, aceita a Ecologia como disciplina do conhecimento em que também se situa o estudo dos dois sociólogos. Para Gilberto, Eça foi mais ecológico que rigorosamente telúrico. Ecológica em sentido quase literal, entendida como “*ear*”, a casa que chegou, em **Os Maias**, à soberba e inusitada condição de personagem principal do romance. “Os homens - disse Gilberto - é a própria Maria Eduarda passaram pelas páginas do livro, a que dão nome, em função da casa dramática (o Ramalhete) que resiste vivos e mortos, homens e mulheres, a terra e o mar”. Em **Os Maias**, como em **A Cidade e as Serras e A Ilustre Casa de Ramires**, o que fez Eça de Queiroz foi perseverar na fé ecológica em que professara e solidificara “o monumento de crítica e quase de história social de seu tempo e do seu país” que começou a erguer, com Ramalho Ortigão em **As Farpas**.

Não falaria a Eça de Queiroz a consciência do telúrico. Esta perpassa o dramático antagonismo filosófico do autor para refletir-se em personagens da envergadura ficional de Fradique Mendes e até do velho Afonso da Maia, permanentemente, colocados como diria Gilberto, “entre a província e o mundo, entre Portugal e a Europa, entre o primitivo e o civilizado”. Também este aspecto da leitura social de Eça não escapou a Gilberto Freyre, ainda que o tivesse - como que - guardado para o artigo-ensaio de 1945. Em **A Cidadela do Espírito**, sem conhecer a interpretação freyriana do **Livro do Centenário**, disse, a respeito dos escritos queirozianos da última fase, que marcaram o retorno formal do autor aos temas que lhe povoaram a infância e já agradavam a maturidade em que se lhe antecipava

a velhice. Para Gilberto, o fato de não ter vivido, cronologicamente, a velhice, impediu a Eça a desejada síntese em que se combinasse as duas tendências: o nativismo e o universalismo, o casticismo e o internacionalismo, a lusitanidade e a universalidade. E isto, lamenta profundamente Gilberto Freyre. Sobre tudo, porque teria roubado a Portugal a oportunidade ímpar de - ainda no século XIX que lhe foi tão pródigo de valores e contemporaneamente a Eça de Queiroz, sem dúvida, o maior desses valores - equilibrar-se à Espanha na consecução dessa síntese alcançada, dialeticamente, por Angel Ganivet e pelo criticismo científico de Miguel de Unamuno. Terá faltado ao nosso Eça e, Gilberto pioneira e elegantemente reconheceu em 1945, não a consciência ou a vivência mesma do regional, mas a força do telúrio, somente aprendida do povo e com o povo que agora reconhecemos nós - Eça somente conseguiu retratar e exaltar, aristocraticamente, à distância. Apesar de sua jovem profissão de fé socialista ao tempo de **O Distrito de Évora**. Apesar de sua adesão prudhoniana aos cânones realistas de Courbet. Apesar de seu nostálgico sentimento nacionalista de fim de século e de vida.

Outro aspecto a considerar nesta incursão desprestiosa ao mundo intelectual de duas das maiores expressões da literatura e do pensamento luso-brasileiros - porque Eça de Queiroz, a cento e cinquenta anos de seu nascimento é tão brasileiro como é português, em sua grandeza, o muito nosso Gilberto Freyre - é o da contribuição de ambos para a renovação do idioma. Eça, incorporando à linguagem literária de seus romances e de seus escritos como um todo, expressões popularmente novas e academicamente inacreditáveis que seriam analisadas e justificadas, à luz das ciências sociais modernas, por Gilberto Freyre, em **Casa Grande & Senzala**. Influência linguística, em Eça, de Ana Joaquina Leal de Barros e dos escudeiros pretos brasileiros de "Verdemilho, Mateus e Rosa Laureana". Influência daquele "português com açúcar" - comum lembraria, depois, o próprio Eça cirado por João Gaspar Simões - em que aprendeu as histórias de João de Calais e dos Doze Pares de França. Esse "amolecimento" do português do Brasil, estudou-o, cientificamente, Gilberto, ligando-o em linha direta à atividade cultural de "negras velhas e amas de menino", responsáveis que foram, na colônia, pela transmissão oral das histórias de Francoso, de mouras-tortas e de mouras-encantadas; de

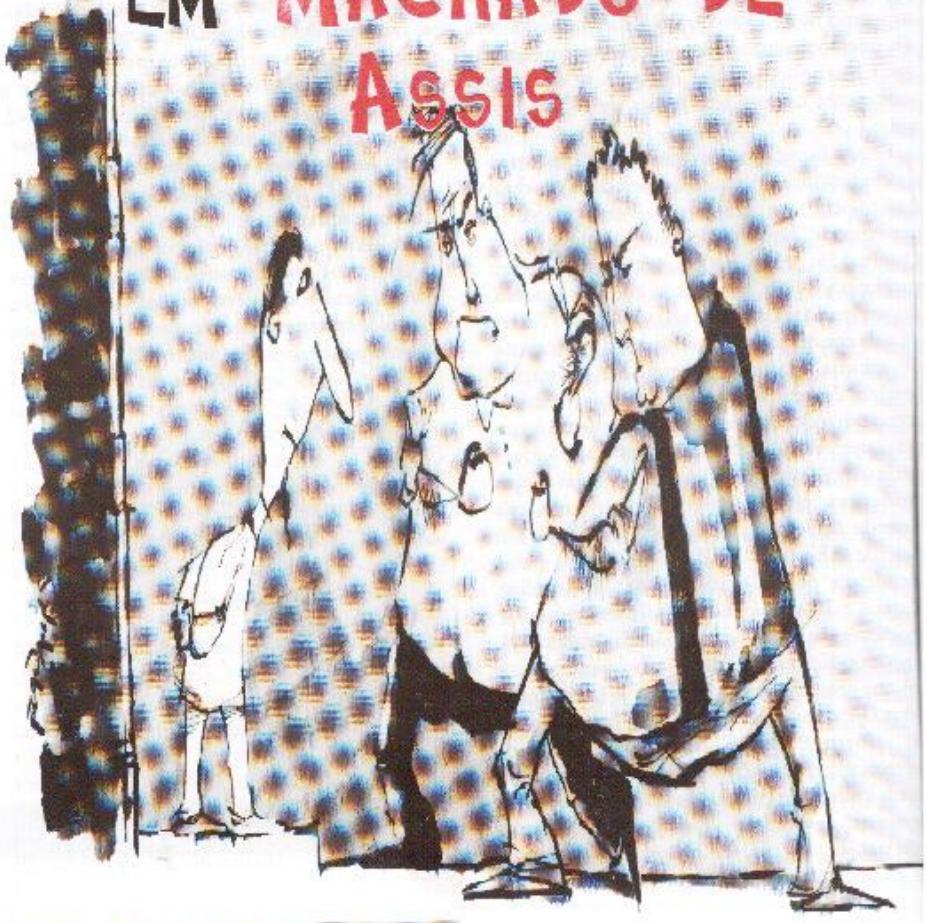
outras negras, em sua profissão mesmo de contadoras de histórias de sua terra em que o autor viu a instituição africana do "akpabi". Para ele, a linguagem infantil "se anulcece ao contato da criança com a sua alma negra. Algumas palavras ainda hoje duras ou ásperas quando pronunciadas pelos portugueses, se amaciaram no Brasil por influência da boca africana. Da boca africana abalada ao clima - outro corruptor das línguas europeias, na fervura porque passaram na América tropical e sub-tropical. F. não só a língua infantil se abrandou desse jeito, mas a línguagem em geral, a fala séria, solene, da gente grande, toda ela sofreu no Brasil, ao contato do senhor com o escravo, um amolecimento de resultados às vezes deliciosos para o ouvido". João Ribeiro já o reconheceria como fato indiscutível, apesar do trabalho em contrário desenvolvido pelos jesuítas e padres-mestres que os sucederam na formação intelectual dos colonos brasileiros. Eça de Queiroz não apenas implicitamente o fez, mas de maneira explícita, assimilou as novas e definitivas expressões com que, modernizando-a, redimensionou a língua portuguesa.

Não é sem propósito, portanto, que repetimos hoje, por sua absoluta atualidade, a indagação que Gilberto Freyre se fazia em 1942. A quem caberia "o título de escritor mais português, mais densa e profundamente português, do Portugal do século XIX?". A resposta é, corajosamente, a mesma do mestre de Apipucos: "Esse título só poderá soar, por fortes motiva, a Eça...", como a Gilberto Freyre reserva-se este outro pioneirismo que foi o de uma leitura sociologicamente literária e literariamente sociológica de Eça de Queiroz.

Conferência proferida na "Jornada de Eça de Queiroz", 15.  
VIII. 1996. Fundação Joaquim Nabuco. Recife.



SIGNIFICADO  
E  
FUNÇÃO DAS  
CITAÇÕES BÍBLICAS  
EM MACHADO DE  
ASSIS



## 1. PROPOSIÇÃO

Nossa proposta de trabalho é um estudo do significado e função das citações bíblicas em Machado de Assis. Tarefa a ser realizada com base em três contos do Autor.

Procuraremos demonstrar que as referências à Sagrada Escritura, nos textos machadianos, variam, tanto na função quanto na significação, de uma narrativa para outra.

A citação do texto bíblico funciona ora como base ou argumento para a narrativa, ora como pretexto para confirmar um preceito evangélico ou, ao contrário, como uma ironia ao escrito sagrado, quando a citação é feita de modo a contrariar o verdadeiro princípio expresso na Bíblia.

Quanto à significação, Machado utiliza-se dos mesmos contraditórios. Se algumas vezes pretende confirmar o texto religioso, quase sempre deixa transparecer uma idéia “estrincha” ao mesmo, quando não dá claramente uma interpretação contrária à transcrição bíblica, a qual está, ao que parece, mais em acordo com a fraqueza ou falibilidade humana.

## 2. SELEÇÃO

A primeira grande tarefa à realização deste trabalho foi a seleção dos textos. Para tal fizemos uma rápida leitura de cerca de sessenta contos do Autor. Destes, separamos nove, nos quais, de uma forma ou de outra, Machado de Assis faz referências à Bíblia. Finalmente nos definimos por estes três: “O LAPSO” e “UMA SENHORA”, do livro HISTÓRIAS SEM DATA; “SUJE-SE GORDO!”, de RELÍQUIAS DE CASA VELHA.

No conto “O LAPSO”, Machado de Assis cita o profeta Jeremias; em “SUJE-SE GORDO!” a citação é do novo Testamento, texto do Evangelho de Mateus; já em “UMA SENHORA” o Autor faz citação do Novo Testamento, recorrendo outra vez ao evangelista Mateus e, uma referência, segundo supõe, dos Profetas, portanto do Antigo Testamento. Vejamos cada texto:

## 3. REALIZAÇÃO

### 3.1. “O LAPSO”

“E, vieram todos os oficiais... e o resto do povo, desde o pequeno até o grande.

E disseram ao profeta Jeremias: Seja aceita a nossa suplica na tua presença.”

Jerem. XI, 9, 1, 2.  
(ASSIS, Machado Histórias sem data, 1959, 25).

Embora escrito em primeira pessoa, o narrador não participa da história que se passa no Rio de Janeiro, na segunda metade do século XVIII.

Tomé Gonçalves era um homem abastado, provavelmente “vereador da câmara” (Idem, 26), contudo não pagava aos seus credores. Estes, perto de quarenta, procuravam encontrar uma forma de cobrá-lo.

O doutor Jeremias, um médico holandês radicado no Rio, homem simples, modesto, apesar de culto e viajado, surpreende dois credores de Tomé Gonçalves discutindo se deviam ou não recorrer à justiça. Procura informá-los de que Tomé Gonçalves é um homem doente, sofre de “lapsó”. Discorre-lhes sobre o mal e sua cura e aceita a incumbência de tratar do doente, quando procurado pelos credores, que o comovem através de súplicas e lágrimas.

O doutor Jeremias começa o tratamento com excelentes resultados e, em pouco tempo, todos os antigos credores foram pagos, exceto o mais recente deles, o doutor Jeremias, único credor de Tomé Gonçalves, quando este vem a falecer. O doutor Jeremias morre velho, santo e pobre.

Na História Sagrada, o profeta Jeremias surge como intermediário entre o Senhor e os judeus e transmite a estes a palavra de Deus. Contudo, seu povo o julga mentiroso e sofre depois as consequências da desobediência à palavra divina, pela destruição de Jerusalém.

O Jeremias machadiano guarda semelhança com o profeta das escrituras apenas no nome e no papel de intermediário, embora com uma incumbência diversa daquela do mensageiro do Senhor. Cabe-lhe, como médico, curar o doente devedor para que este possa pagar aos seus credores. Assim, são os credores os únicos beneficiados com o trabalho do médico. Este vem a morrer depois, esquecido dos seus beneficiados e sem ver pagos os seus serviços nem por um, nem pelos outros.

### 3.2. "UMA SENHORA"

É o relato da história de D. Camila, feito por um narrador que não participa dos acontecimentos, senão como um observador curioso.

D. Camila é uma senhora bonita, casada, mãe de uma mocinha e que procura enganar o tempo para não envelhecer. Tenta, por todos os meios, conservar a filha criança, mas a natureza não se deixa enganar, e Ernestina torna-se moça e bonita. Aos 19 anos, vai com a mãe ao primeiro baile onde "foi uma revelação" (Idem, 170). D. Camila contou "parecia a irmã mais velha da filha" (Idem, 171). A partir de então D. Camila começa a recear os pretendentes à mão de Ernestina, pois se é verdade que os dias são como as águas de um rio que passam e não voltam mais e, se os seres são como as águas, é porque atrás deles vêm outros seres, estes, os actos viriam com o casamento da filha. Assim, ela consegue afastar o primeiro e o segundo pretendentes.

Um novo drama surge com o aparecimento dos primeiros fios brancos na cabeça da heroína, e, com eles, o casamento da filha. Então, os temores se redobram. "Enfim avó", (Idem, 178) "Quis recolher-se", (Idem, 179) não o fez. Ao contrário, passou a mostrar-se sempre ao lado do neto, como uma mãe amante e zelosa, "parecia mãe do que avó; e muita gente pensava que era nião" (Idem, 179).

E neste ponto o narrador se interroga a respeito das intenções de D. Camila com relação ao comportamento adotado. Cita então o

texto bíblico: "Não jurarás, Mat. V, 34" (Idem, 179). Embora concluindo que aquela senhora procura parecer a mãe do neto como uma forma de aparentar uma eterna juventude, prefere seguir o preceito bíblico e não jurar, mesmo diante de tantas evidências.

A citação do texto evangélico "Não jurarás", ocorrente neste conto, limita-se a confirmar o mandamento cristão. Na verdade, apesar de julgar pelas aparências, é preferível não jurar para não cair num possível erro.

Quanto à referência feira por Machado de Assis, supostamente encontrada nos Profetas "Há, não me lembra em que página da Escritura, naturalmente nos Profetas, uma comparação dos dias com as águas de um rio que não voltam mais" (Idem, 169), despertou-nos a uma constatação e identificação precisa do texto bíblico. Lançamo-nos à nova tarefa. Não encontramos o texto referido. Embora não consideremos esgotada a nossa "pesquisa", pela

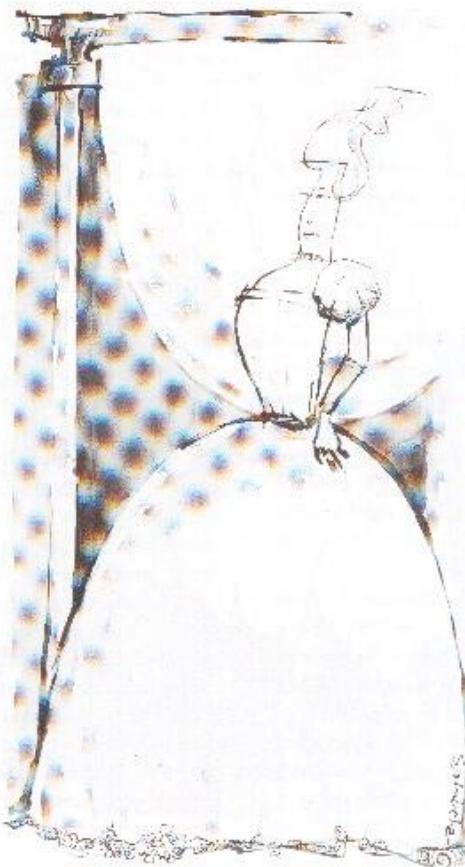
própria complexidade dos Textos Sagrados, parece-nos ser o filósofo grego Heráclito, a verdadeira fonte do pensamento citado. São de Heráclito as afirmativas seguintes:

"Aos que entram nos mesmos rios, afluem outros e outras águas". (BERGE, Damião, O Logos Heráclito, 1969, 153)

"Cada rio é sempre o mesmo, suas águas, porém, mudam incessantemente" (Idem, 153).

### 3.3. "SUJE-SE GORDO!"

A narrativa é feita numa falsa primeira



pessoa, pois o personagem narrador conta o que ouviu de um outro, há muitos anos, durante o intervalo entre um ato e outro da apresentação da peça **"A Sentença ou O Tribunal do Júri"**, (Assis, Machado, Relíquias de casa velha, 1959, 93) no teatro São Pedro de Alcântara, no Rio. Na verdade é esse outro que toma a vez de narrador e personagem recorre ao dos fatos narrados. Este, invocando o preceito evangélico "Não queirais julgar, para que não sejais julgados" (Idem, 93), conta que, servindo como jurado, por duas vezes votou pela condenação do réu, em dois processos diferentes de desvio de dinheiro. No primeiro processo, apesar de furtar uma pequena quantia, o réu foi condenado. No segundo, o que furtara uma grande soma fora absolvido. Lembra que o que mais lhe chamou a atenção, no primeiro caso, foi o comportamento do réu não negando o crime, embora contestasse a iniciativa da ação, bem como a atitude de um dos jurados que se mostrava impaciente pela condenação, achando que o réu devia ser condenado já que se sujara com uma insignificância, repetindo sempre: *"Quer sujar-se? Suje-se gordo!"* (Idem, 96).

No segundo júri, reconheceu, mesmo decorridos alguns anos, que o réu era aquele ex-jurado. Recordou-se do que se passara, então, e do que ouvira do antigo companheiro. Novamente invocou o texto bíblico e as palavras, aquelas palavras do outrora jurado e hoje réu. Este negava o furto, embora tão evidente, e comportava-se com uma certa dose de desprezo por todos ali presentes. Ria, parecendo cínico ao promotor e inocente à



O narrador põe em dúvida o seu julgamento, concluindo que o melhor, "O mais seguro é não julgar ninguém..." (Idem, 100).

Neste conto, Machado de Assis usa o texto bíblico como argumento para sua história, contudo conclui contrariando o preceito que diz: "Não queirais julgar, para que não sejais julgados. Pois com o julgo com que julgares, serás julgado" - Mat VII, 1,2". Na verdade, por uma ironia do destino, o antigo jurado vem a ocupar o banco dos réus, sendo também julgado. Ironicamente o seu julgamento ocorre de forma oposta ao preceito bíblico.

É fácil concluir, após a leitura dos contos aqui estudados, que há uma multiplicidade de função e significado nas citações bíblicas, em Machado de Assis, talvez explique porque não encontramos, nas nossas consultas, qualquer justificativa dada pelo escritor quanto ao gosto pelas referências aos textos da Sagrada Escritura.

#### BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, D. Hugo Bressane. *O Aspecto religioso da obra de Machado de Assis*, 2 ed. São Paulo, Ed. Paulinas, 1978.

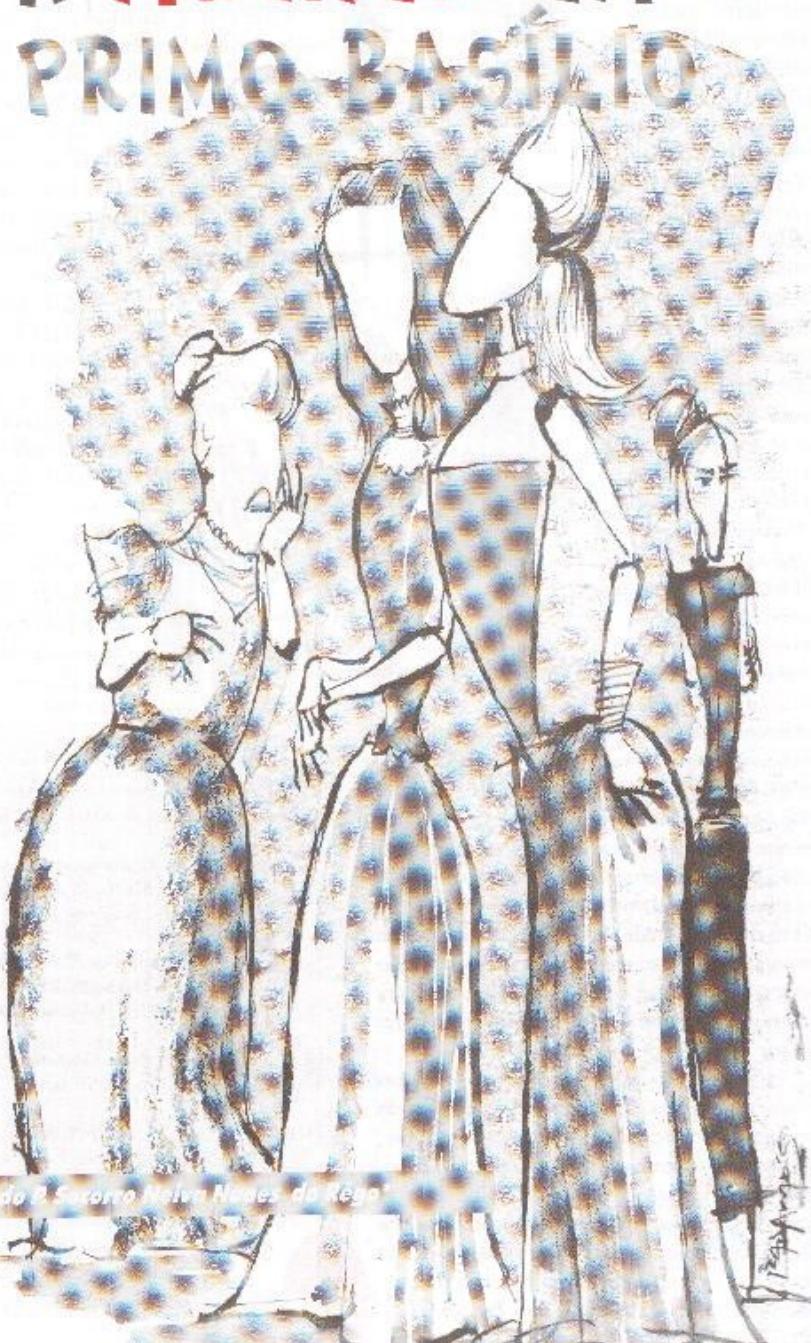
ASSIS, Machado de. *Histórias sem data*, In *Obras completas de Machado de Assis*, Vol. 13, São Paulo, Gráf. Ed. Brasileira, 1959.

\_\_\_\_\_. *Relíquias de Casa Velha*, In: *Obras completas de Machado de Assis*, Vols. 16 e 17, São Paulo, Gráf. Ed. Brasileira, 1959.

BIRGL, Damíão. *O logos Heráclito - introdução ao estudo dos fragmentos*, Rio de Janeiro, INL, 1969.

FIGUEIRIDO, Pe. Antônio Pereira de, tradutor de, *Bíblia Sagrada*, Edição Ecuménica, Rio de Janeiro, Ed. Boreas, 1975.

# A REPRESENTAÇÃO DA MULHER EM O PRIMO BASÍLIO



**P**or muito tempo, as mulheres ficaram encerradas em um espaço restrito e controlado, o intramuros de suas casas. Consideradas inferior, biológica e intelectualmente, elas seriam incapazes de tomar decisões e de ter acesso ao saber.

O século XIX é considerado a época em que a vida da mulher foi repensada, com que a sua perspectiva de vida se alterou. Seria, assim, o momento em que se lhe abriu a possibilidade de abandonar a posição de objeto para assumir a posição de sujeito da sua própria história.

Em Portugal, as idéias de modernidade, decorrentes da Revolução Francesa, demoraram a chegar. Somente no século atual é que se deu a emancipação feminina e se vão encontrar mulheres integradas na vida e na literatura nacionais, em nível paritário ao dos homens.

A Lisboa do século XIX é ainda uma cidade muito provinciana, arrasada, cheia de preconceitos e separada do resto da Europa. Nesta leitura de **O Primo Basílio** pretendemos verificar como é feita a representação da imagem da mulher, através das personagens Luisa, Leopoldina, Dona Felicidade e Juliana.

A narrativa de **O Primo Basílio** se inicia em um espaço fechado - a sala do lar de Luisa e Jorge. É bom lembrar que a casa é o fundamento da moral e da ordem social da burguesia.

Jorge e Luisa estão casados há três anos e são felizes - a família é a chave da felicidade individual e do bem público, segundo a concepção da época.

Reconhecendo a importância de uma vida familiar estável e de um lar bem organizado, assim se expressa o narrador em relação a Jorge:

*Estariam casados havia três anos. Que bom que tinha tudo! De próprio melhorara, achava-se mais inteligente, mais alegre. (Queirós, 1986, p. 357)*

Referindo-se a Luisa, observa-se a visão tradicional de casamento como uma forma de a mulher obter apoio, estabilidade e um futuro promissor.

*... sentia ao pé dele como uma fraqueza, uma dependência e uma quebreiro, uma vontade de adormecer encostada ao seu ombro, e de ficar assim por muitos anos, confortável, sem receio de nada. [...] Estava noiva, enfim! Que alegria, que descanso para a mamã! (Queirós, op. cit. p. 562).*

Em relação a Jorge, dizia Luisa:

*Era o seu tudo - a sua força, o seu fim, o seu destino, a sua religião, o seu homem! (Queirós, op. cit. p. 562).*

No inicio da narrativa, Luisa é apresentada, segundo o paradigma burguês ideal de uma mulher casada - ocupa a esfera do privado e dedica-se ao lar e ao marido.

*Mas a Luisa, a Luisinha, tinha muito boa dona de casa; tinha cuidados muito simpáticos nos seus arranjos; era agradável, alegre como um passarinho, como um passarinho amiga do ninho e das cartas do marido; e aquele serzinho bonito e meigo veio dar à casa um encanto sério. (Querido, op. cit. p. 557).*

Como se vê na citação anterior, o modelo ideal de comportamento da mulher casada já inclui também as funções carnais e emocionais, antes desempenhadas pela amante.

O arquétipo da mulher pura e digna está presente na narrativa. Através da fala de Sebastião, confirma-se a idéia de que mulher e dignidade têm espaço específico de ocupação - a casa.

*- É um anjinho cheio de dignidade! - Dizia então Sebastião, o bom Sebastião, com a sua voz profunda de barro (Queirós, op. cit. p.557).*

O Conselheiro Acácio assim se expressa:

*A Sra. D. I. sabe dizer com orgulho o que dizem as verdadeiras mães de família: Imparegas do mundo não me rogam Nem a frouxaria da túnica sequer. (Queirós, op. cit. p. 578).*

A imagem de anjo, Jorge acrescenta a de um ser frágil, indefeso, infantil. Os signos de feminilidade e pureza estariam, assim, confundidos aos de infantilidade, componentes usados para reafirmar a ordem dos valores morais burgueses.

*- A Luisa é um anjo, costada - dizia Jorge passeando pela sala - mas tem coisa em que é criancal! Não é o mal. É muito boa, délica-se im. (Queirós, op. cit. p. 580).*

Usando um discurso tipicamente machista e dominador, declara ainda:

*Porque ela é assim: esquece-se, não reflete. É necessário alguém que a adverte, que lhe diga: "Aí lá, isso não pode ser!" Que então tal logo em si é a primeira! [...] Que ela, sentindo-se apoiada, tem decisão [...]! E, mulher, é muito mulher!... (Queirós, op.cit.p.580).*

Em um artigo escrito por Leça, em 1872, incluído no segundo volume da Campanha

Alegre, encontram-se algumas idéias sobre a educação da mulher burguesa e sobre os fatores que concorreriam para o adultério feminino.

Vejamos alguns trechos:

*Hoje a mulher é educada exclusivamente para o amor - ou para o casamento como realização do amor. É claro que como, Dumas, falamos das classes ricas e improdutivas.*

*Edifica-a-lhe primeiro o corpo para a sedução, não pela ginástica, mas pelo toilette. Ensina-se-lhe a arte sentimental e instilé de bordar... o bordado é a mais perniciosa excitação à fantasia. Depois ensina-se-lhe a música, o piano, o canto, Bellini, Donizetti, todos os amores... Deixou o seu espírito como é educado? Pelo romance, que lhe descreve o amor, pelo teatro que lho dialoga, pela ópera que lho suspira, pela ópera que lho assobia.*

A narrativa de **O Primo Basílio** é concebida de acordo com as idéias, antes colocadas no referido artigo. Luísa é uma personagem em quem se reflete uma educação voltada para as arividades domésticas e para a vida dos salões - cla borda, ela toca piano, ela lê.

Nas descrições das cavaqueiras, reuniões que se realizavam, aos domingos, na casa de Luísa e Jorge, e a que compareciam os parentes e amigos do casal, vamos encontrá-la com um bordado nas mãos ou no piano a executar belas músicas.

*Deram-lhe um lugar, e Luísa notou logo, pousando o bordado, que estava abatido. (Queirós, op. cit. p. 575). Luísa bordava, calada... (Queirós, op. cit. p. 578).*

*Sentiram então o piano na sala, e a voz de Luísa erguer-se, fraca e clara, cantando a Mandolinata. (Queirós, op. cit. p. 580).*

*...e Luísa começava uma valsa de Strauss - o Danúbio Azul. (Queirós, op. cit. p. 581).*

O narrador, falando sobre as leituras de Luísa, sugere que elas lhe estimulam o sonho, a fantasia, os devaneios românticos.

*Tornou a espremer-se. E saltando na ponta do pé descalço, foi buscar ao aparador por detrás de uma compota um livro num poiso encadado, rei escondeu-se na*

*solitário, quase deitado; e, com o gesto acariciador e amoroço dos dedos sobre a orelha, começou a ler, tudo interessada.*

*Era A Dama das Camélias. Lia muitos romances; tinha uma assinatura, na Boite, ao mês. Em solteira, aos dezoito anos, entrou namorada por Walter Scott e pelo Lestibouf [...] Mas agora era o moderno que a cativava: Paris, os suas mobiliários, as suas sentimentalidades [...] Havia uma semana que se interessava por Marguerite Gautier; o seu amor infeliz dava-lhe uma melancolia envergada [...] Foi com duas lágrimas a tremor-lhe nas pálpebras que acabou as páginas*

